

O IMPACTO DA INPULSAR NOS BAIRROS SOCIAIS DE LEIRIA – DINÂMICAS MULTIPROFISSIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Relatório de Projeto

Andreia Filipa Pandeirada Dias

Trabalho realizado sob a orientação de

Professora Doutora Antónia Barreto, ESECS-Politécnico de Leiria

Professora Doutor José Vicente, ESECS-Politécnico de Leiria

Leiria, julho de 2021

Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Educação e Desenvolvimento
Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre me incentivaram a seguir os meus sonhos,

Ao meu irmão que deixa todos os momentos mais simples e animados,

Ao meu namorado que me apoia em todos os momentos,

Às minhas amigas que mesmo distantes estão sempre presentes,

À professora Antónia Barreto e, em especial, ao professor José Vicente por toda a disponibilidade e paciência que tiveram ao longo deste processo,

A todos, muito obrigada!

RESUMO

A presente Investigação procurou compreender qual a perceção dos técnicos da InPulsar sobre a sua participação e empenho na execução dos diferentes projetos de intervenção social nos bairros sociais de Leiria, e em simultâneo, de que forma os projetos de intervenção social desenvolvidos pela InPulsar nos bairros sociais contribuem para melhorar as condições, relacionais, sociais, educacionais dos seus habitantes. O estudo desenvolveu-se com propósito de conhecer todos os elementos que configuram a interação e a intervenção decorrente do processo multiprofissional. Tendo como enfoque o trabalho colaborativo, a participação e a cooperação dos diferentes elementos que compõe equipa multiprofissional da InPulsar e a sua articulação com as diversas estruturas da comunidade, na organização de coletivos e na sua ação na comunidade com vista ao desenvolvimento comunitário. Procurou-se ainda, entender junto dos profissionais da InPulsar, quais principais metodologias usadas na intervenção e quais os significados que atribuem às suas práticas, junto das pessoas em particular, e da comunidade em geral, onde desenvolvem os projetos de intervenção social, nomeadamente, no combate às desigualdades sociais, às debilidades e fragilidades dos sujeitos de intervenção. A InPulsar tem diferentes projetos de intervenção social maioritariamente localizados em bairros com maiores fragilidades sociais. Neste sentido, foi determinante para a investigação reconhecer pela voz dos profissionais, os mecanismos que podem contribuir para melhorar as práticas conjuntas e o reflexo que têm no seu desempenho, em especial na promoção, capacitação e educação das pessoas das comunidades beneficiárias da sua intervenção. Como estratégia metodológica, optou-se pela metodologia qualitativa centrada num estudo de caso, tendo sido utilizadas como técnicas de recolha de dados, a entrevista semiestruturada (aos profissionais), a análise documental (documentos internos da instituição) e análise de conteúdo para tratamento da informação. Pelos dados apurados, pode-se afirmar

que a InPulsar, é uma instituição de grande relevância para o desenvolvimento comunitário no Concelho de Leiria, apesar a sua ação estar muitas vezes condicionada por políticas de financiamento de curto prazo, protocolos institucionais públicos e privados, por vezes limitadores, mas que não têm condicionado a sua missão. De acordo com os relatos dos entrevistados, todos os elementos que constituem o corpo técnico da instituição InPulsar, estão vocacionados e motivados para desenvolver programas de desenvolvimento comunitário e vêem-se como promotores de cidadania e de transformação social.

Palavras-chave: Bairros Sociais, Desenvolvimento Comunitário, Equipas de Intervenção Social, InPulsar, Intervenção social

ABSTRACT

This research sought to understand the perception of InPulsar's technicians about their participation and commitment in the implementation of different social intervention projects in the social quarters of Leiria, and at the same time, how the social intervention projects developed by inPulsar in the social quarters contribute to improve the relational, social and educational conditions of its inhabitants. The study was developed with the aim of knowing all the elements that make up the interaction and intervention resulting from the multidisciplinary process. Focusing on the collaborative work, the participation and cooperation of the different elements that make up the InPulsar multi-professional team and its articulation with the various community structures, the organization of collectives and their action in the community with a view to community development. We also tried to understand with the InPulsar professionals the main methodologies used in the intervention and the meanings they attribute to their practices, with people in particular, and with the community in general, where they develop social intervention projects, namely, in the fight against social inequalities, the fragilities and weaknesses of the intervention subjects. InPulsar has different social intervention projects, mostly located in neighborhoods with greater social fragility. In this sense, it was crucial for the research to recognize through the voice of professionals, the mechanisms that can contribute to improving joint practices and the reflection they have on their performance, especially in the promotion, empowerment and education of people from the communities benefiting from their intervention. As a methodological strategy, we opted for a qualitative methodology focused on a case study, using as techniques for data collection, semi-structured interviews (to professionals), document analysis (internal documents of the institution), and content analysis for information treatment. From the data collected, it can be stated that InPulsar is an institution of great relevance for community development in the Municipality of Leiria, although its action is often

conditioned by short-term funding policies, public and private institutional protocols, sometimes limiting, but that have not conditioned its mission. According to the reports of the interviewees, all the elements that make up the technical staff of the institution InPulsar, are geared and motivated to develop community development programs and see themselves as promoters of citizenship and social

Keywords: Community Development, InPulsar, Professionals, Social Intervention, Social Intervention Teams, Social Neighborhoods

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE DE SIGLAS	viii
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
CAPÍTULO I – HABITAÇÃO SOCIAL: DAS PROBLEMÁTICAS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS.....	3
1.1 <i>O mundo na era da globalização</i>	3
1.2 <i>Exclusão, segregação e pobreza</i>	4
1.3 <i>Políticas públicas/sociais para o alojamento social – Evolução das Políticas</i>	8
1.4 <i>O direito à habitação – um contributo para o desenvolvimento comunitário</i>	11
CAPÍTULO II – a INPULSAR COMO ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL COM INTERVENÇÃO SOCIAL	14
2.1 <i>O Terceiro Setor</i>	14
2.2 <i>Caracterização da InPulsar: Aspetos organizacionais e relações profissionais</i>	16
RESENHA HISTÓRICA	16
MISSÃO, OBJETIVOS E VALORES	16
EQUIPA MULTIDISCIPLINAR	17
Psicólogo Social	18
Técnico Superior de Serviço Social	19
Mediadores de pares	20
Animador sociocultural	20
2.3 <i>Apresentação dos projetos da InPulsar nos bairros sociais de Leiria</i>	21
GIRO Ó BAIRRO	22
REDES NA QUINT@ - E8G.....	22
GIROS NA RUA.....	24
DEL REI.....	24
INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	26
CAPÍTULO III – ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	26
3.1 <i>Problemática</i>	26
3.2 <i>Pergunta de Partida</i>	27
3.3 <i>Objetivos da investigação</i>	28
OBJETIVOS GERAIS	28

OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	28
3.4 Metodologia Qualitativa	29
3.5 Desenho da investigação: Estudo de Caso	30
3.6 Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	30
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	30
ANÁLISE DOCUMENTAL	32
3.7 Técnica de tratamento de dados: Análise de Conteúdo.....	32
3.8 População do estudo	33
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, Análise e discussão DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	34
Caracterização e dados sociodemográficos dos entrevistados.....	34
CONTRIBUTO DA INPULSAR PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DO PÚBLICO-ALVO.....	35
POTENCIALIDADE E PARTICULARIDADES DA ASSOCIAÇÃO INPULSAR	36
FRAGILIDADES E RECURSOS EM FALTA.....	37
PARCERIAS, COLABORAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM OS PRINCIPAIS ATORES LOCAIS	39
INPULSAR: PRIORIDADES TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	40
PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INPULSAR SOBRE O CONTRIBUTO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO.....	43
METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO E AÇÕES EDUCATIVAS REALIZADAS EM CONTEXTO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIO.....	45
MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA SUSTENTABILIDADE E NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA	47
CONCLUSÃO	52
BIBLIOGRAFIA.....	55
ANEXOS	60
Anexo 1.....	61
Anexo 2.....	62

ÍNDICE DE SIGLAS

AMITEI – Associação de Solidariedade Social de Marrazes

CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ESTG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão

IPL - Instituto Politécnico de Leiria

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social

PER – Programa Especial de Realojamento

POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PORI - Programa Operacional de Respostas Integradas

SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local

SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TSSS – Técnico Superior de Serviço Social

INTRODUÇÃO

A presente investigação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – área de especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário, lecionado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria. A dissertação intitulada “*O impacto da InPulsar nos bairros sociais de leiria – dinâmicas multiprofissionais para o desenvolvimento comunitário*” surgiu pela curiosidade e interesse em aprofundar a temática escolhida e como forma de reflexão para uma futura intervenção enquanto profissional da área social.

Este trabalho tem como objetivo perceber qual a perceção dos profissionais da InPulsar, quanto ao seu impacto na vida do público-alvo dos projetos com que lidam diariamente e tomar conhecimento das metodologias, dinâmicas e práticas por estes como forma de construção para o desenvolvimento comunitário.

No contexto desta investigação foi definida as seguintes perguntas de partida: *Qual a perceção dos técnicos da InPulsar sobre a sua participação e empenho na execução dos diferentes projetos de intervenção social nos bairros sociais de Leiria?* e *De que forma os projetos de intervenção social desenvolvidos pela InPulsar nos bairros sociais de Leiria contribuem para melhorar as condições relacionais, sociais e educacionais dos seus habitantes?*

Para dar resposta às questões de investigação, foram traçados dois objetivos gerais, em primeiro pretende-se: *Refletir sobre a análise que os técnicos da InPulsar fazem da sua intervenção nos bairros sociais de Leiria*, e em segundo *avaliar a perceção que têm do impacto da sua intervenção nos bairros sociais de Leiria*. A partir destes foram criados os seguintes objetivos específicos: *1º - Conhecer quais os projetos que a InPulsar tem implementados nos bairros sociais de leiria; 2º - Conhecer a realidade atual e o estado de cada um dos projetos que a InPulsar está a desenvolver nos bairros sociais de leiria; 3º - Identificar as questões que mais preocupam os técnicos da InPulsar na implementação e desenvolvimento de cada um dos projetos; 4º - Aferir quais são as principais mudanças que pretendem operacionalizar com os diferentes projetos de intervenção socia e 5º - Compreender de que forma a sua intervenção , segundo a sua opinião, melhora as dimensões sociais, económicas, educacionais e sanitárias dos residentes dos Bairros sociais de Leiria.*

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes que, por sua vez, se encontram divididas em capítulos. A primeira parte, referente ao enquadramento teórico, está dividida em dois capítulos: o primeiro com enfoque na temática da habitação social e o segundo apresenta uma caracterização da InPulsar como Entidade da Sociedade Civil. A segunda parte deste trabalho é referente à Investigação empírica, subdividida em dois capítulos: o primeiro com a abordagem metodológica e no segundo a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

O primeiro capítulo do Enquadramento Teórico, inicia-se com uma breve descrição do Mundo na Era da Globalização, a apresentação do conceito de Habitação Social, a descrição das Políticas Públicas e Sociais do Alojamento Social e termina com o aprofundamento dos direitos à habitação associado ao desenvolvimento comunitário.

No capítulo II há uma abordagem ao conceito de terceiro setor e de Instituições Particulares de Solidariedade Social, bem como um pouco da sua história e certas leis pelas quais se regem. Os seguintes pontos deste capítulo são referentes ao estudo de caso da associação InPulsar – Aspetos Organizacionais e Relações Profissionais, é apresentada a sua Resenha Histórica, Missão, Objetivos, Valores e aprofundados conceitos como o de Equipa Multidisciplinar e das Funções de alguns profissionais, a missão de cada um deles. Este capítulo termina com a apresentação dos projetos promovidos pela InPulsar.

A segunda parte centra-se na Investigação Empírica, com a apresentação da metodologia contendo a problemática, as perguntas de partida, os objetivos da investigação, a estratégia metodológica (paradigma qualitativo), técnicas de recolha de dados (entrevista semiestruturada e a análise documental) e análise de conteúdo como método de análise de dados.

O capítulo intitulado por “Apresentação, Análise e Comentário dos Resultados da Investigação”, inicia-se com a caracterização e os dados sociodemográficos dos entrevistados; seguindo-se com a apresentação, análise e comentário dos resultados e conclusões retiradas das entrevistas realizadas com os colaboradores da instituição.

Na conclusão fizemos um resumo de todos os capítulos apresentados anteriormente, uma breve análise dos resultados obtidos, bem como a resposta à pergunta de partida. São também apresentadas as principais limitações ao estudo, assim como a sugestão para estudos futuros.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – HABITAÇÃO SOCIAL: DAS PROBLEMÁTICAS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

1.1 O mundo na era da globalização

A revolução industrial deu início ao grande desenvolvimento tecnológico e originou grandes transformações mundiais a diversos níveis, com grandes evoluções na ciência e tecnologia, o que facilitou a aproximação dos indivíduos dos diversos cantos do mundo.

A globalização é definida como “(...) a integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução de custos de transporte e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e (em menor escala) pessoas.” (Stiglitz *cit in* Campos & Canavezes, 2007)

A globalização é um fenómeno que apoiado na ideologia de que todos vivemos num único mundo, onde tudo o que fazemos afeta os outros. Podendo afirmar que este não é um único processo simples, mas uma rede complexa de diversos processos. É fundamental a percepção de que, cada vez mais, “(...) vivemos numa sociedade em que os efeitos das diversas ameaças possuem uma amplitude cada vez mais global e, contraditoriamente, encontramos-nos mais inseridos num modelo de Modernidade que se tornou incapaz de lhes dar respostas (...)” (Rego,2010, p.187).

A globalização é assim considerada um fenómeno do intercâmbio que intensificado pelas profundas transformações a diversos níveis que resultou num crescente contraste social. Ao explorarmos em maior profundidade o processo da globalização, podemos averiguar que este se tornou num fenómeno de expansão da desigualdade e da exclusão social.

1.2 Exclusão, segregação e pobreza

O aparecimento de fraturas sociais, com a modernidade do pós-Revolução Industrial, devido às aceleradas transformações, alteraram comportamentos e mentalidades que, com a evolução da sociedade, de traduziram em fenómenos negativos tais como a pobreza e a exclusão social. A globalização é vista enquanto fenómeno responsável pela exclusão social, apesar de não ser possível estabelecer uma ligação direta. Sabe-se que gerou um aumento de riqueza e bem-estar de uns, assim como o aumento da pobreza e desconforto de outros.

“Nesta sequência, os fenómenos de crescente polarização social, de fragmentação espacial e de emergência de novos padrões espaciais conduzem a desafios de reinterpretação dos conceitos teóricos que surgem como paradigmas das desigualdades socioespaciais tais como segregação, exclusão fragmentação (...) e de outros conceitos como inserção, inclusão, integração, coesão social, direito à cidade e justiça espacial, aos quais é atribuído uma natureza reivindicativa.” (Carreiras, 2018, p.70)

Como processo social, a exclusão sempre deve ser compreendida numa perspetiva dialética, em indissociável relação com os referenciais de inclusão social convencionados ou considerados adequados para uma sociedade.

O termo exclusão é definido “(...) como a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade.” (Castel cit in Costa, 1998). Para Amaro (2004) a exclusão social é “(...) uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros, assim pode implicar privação, falta de recursos ou, de forma mais abrangente, ausência de cidadania (...)” (Amaro cit in Campos, 2013). O termo exclusão social é ambíguo, não existindo uma concordância quanto ao seu sentido, no entanto, podemos entender o termo de exclusão social como as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade.

A habitação é um sector onde é possível observar a exclusão social. As pessoas que vivem em locais menos privilegiados estão dependentes das instalações disponíveis, muitas

vezes, o que torna difícil superar a sua condição de excluídos devido à presença de uma rede social bastante fraca o que faz com que a haja redução da transmissão da informação sobre eventos e empregos.

Na década de 90, a Comissão Europeia, iniciou a utilização do termo 'exclusão social' como substituto da noção de 'pobreza', o que não admite a existência de uma sem a outra. É errado substituir o termo 'pobreza' pelo termo 'exclusão social', no entanto, o segundo está incluído em algumas das definições do primeiro "(...) tendo em conta que os recursos dos pobres ficam fora do controlo dos indivíduos, ao ponto de passarem a ser excluídos.", portanto, "A pobreza representa sempre uma forma de exclusão social, ou seja, (...) não há pobreza sem exclusão social. Mas o contrário não é verdadeiro, porque existem formas de exclusão social que não implicam pobreza". (Campos, 2013, p.13-14)

"(...) a pobreza não diz respeito apenas à vertente material, considera igualmente uma situação existencial, ou seja, elementos de ordem psicológica, social, cultural, espiritual, etc." (Bruno da Costa, 2008). Esta referência é importante, pois pobreza não é sinónimo de privação, ou seja, a privação como não satisfação de necessidades pode existir por variadas razões, uma dessas podendo ser a pobreza. Podemos afirmar é que a privação e a exclusão são consequentes da existência de pobreza." (*cit in* Simões, 2010, p.10)

O conceito de 'pobreza' é ambíguo e é alvo de diversas perspetivas. Bruno da Costa (2007) define pobreza como "a situação de privação por falta de recursos". Esta privação poderá ser em vários domínios da vida e ter diversas causas, sendo a mais comum, o desemprego que influencia as condições de outros domínios.

Charles Booth e Seebhom Rowntree estudados por Simões (2010), consideram que o limiar de pobreza está nos rendimentos ou despesas requeridas para uma pessoa satisfazer o conjunto de necessidades consideradas básicas, e que, quem não tiver acesso a esses bens e serviços, vive em pobreza, independentemente da época e do país. Ainda Simões (2010), baseando-se em Peter Townsend (1979) considera a pobreza um fenómeno relativo que apenas é possível definir quando em comparação com a situação da sociedade onde o indivíduo está inserido, e isto não é igual em todos os países, nem em todas as épocas. Ser pobre é não ter

possibilidade de adquirir recursos para uma dieta, participação nas atividades, condições e comodidades que são admitidas pela sociedade a que pertencem.

A pobreza é um fenómeno transversal a todas as regiões do mundo, e é um dos problemas mais graves das sociedades contemporânea. Bruno Costa (1998) afirma que a pobreza é “(...) como uma situação de privação por falta de recursos, o que implica que a pobreza inclua a privação e a falta de recursos. A privação traduz-se, antes de mais, em más condições de vida. (...) Normalmente, trata-se da privação múltipla, isto é, em diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultural, participação na vida social e política, etc.” (Costa, 1998, p. 27 *cit in* Garcia, 2015, p.8)

A exclusão social e a pobreza “(...) exigem um esforço colectivo, das autarquias, das escolas, da família, com diálogo permanente e dinamização do associativismo local com criação de actividades económicas que promovam o trabalho social numa perspectiva de dinamização das populações” (Fernandes, 1998, p. 56 *cit in* Campos, 2013, p.17)

Neste sentido, a exclusão social e a pobreza para além de afetarem todas as dimensões e determinantes sociais da vida em sociedade, são preditor para a segregação social e cultural.

“o termo segregação é ambíguo, uma vez que designa tanto um processo como o seu resultado (...) vê um grupo ser mantido à distância, localizado em espaços próprios que lhe são reservados, enclaves, guetos, territórios de um tipo ou de outro. (...). Aplica-se, além disso, a realidades diversas: étnica, racial e social nomeadamente. (...). A segregação racial não se confunde necessariamente com a exploração ou discriminação, e até pode mesmo, por vezes, apresentar-se como o contrário – “separados e iguais” (...)” (Wieviorka, 2002, p.67 *cit in* Campos, 2013, p.18).

A segregação social cria efeitos de isolamento em relação ao acesso a redes sociais e económicas, sendo que há redução do contacto entre os diferentes grupos sociais, limitando o acesso aos recursos entendidos como capital social.

No caso dos bairros sociais, a homogeneidade socioeconómica conjugada com a sua construção na periferia dos grandes centros habitacionais, leva a que estes espaços sofram de segregação relativamente ao centro urbano. Esta medida, que tinha como objetivo a integração acabou por se tornar num instrumento de segregação e de guetização. O facto de a população socioeconomicamente desfavorecida estarem concentrados no mesmo espaço, assim como grupos de risco, acabou de intensificar a diferenciação social da cidade e a segregação desses espaços. (Pereira, 2009, p.8)

Em comunidades nestas condições, os indivíduos têm dificuldade em superar a sua situação de exclusão. A fragilidade das redes sociais diminui o acesso a informações sobre emprego, atividades e eventos da comunidade. As consequências deste fenómeno são a tensão familiar, o crime e a delinquência infantil devido ao desemprego e aos baixos níveis de rendimentos. A própria desvalorização enquanto indivíduo com valor para a sociedade leva ao mundo do crime, bem como pouco acesso e oportunidade ao mercado de trabalho e o crescimento da sociedade de consumo leva a que os indivíduos possuam um sentimento de privação relativamente ao estilo de vida desejado. Há uma desigualdade de oportunidade no acesso a recursos e dificuldades na participação social. Esta diferenciação social tem-se revelado mais emergente em áreas urbanas socialmente desfavorecidas, como zonas de concentração de pobreza e problemas sociais e divide os indivíduos entre classes sociais definindo o seu estatuto e posição social. O ato de isolar estes indivíduos cria uma visão negativa gerada pela estigmatização das pessoas que habitam fora dos bairros que posteriormente produz maior marginalidade destas zonas guetizadas.

Esta estigmatização influencia a formação da identidade pessoal dos indivíduos, sendo que a zona habitacional é o espaço onde o indivíduo desenvolve a sua personalidade e identidade social. É esta identidade pessoal que faz com que a estigmatização social dos habitantes de bairros sociais sobreviva, no momento em que o cidadão adota essa identidade como sua, reforça o problema, uma vez que ao assumir essa identidade individualmente, esta contrui uma identidade grupal que passa a ser característica de todo um grupo e contextualizar as suas relações sociais.

1.3 Políticas públicas/sociais para o alojamento social – Evolução das Políticas

A habitação é uma condição fundamental para o indivíduo e para a sua vivência em comunidade. Falar de habitação é falar de algo prioritário na vida social. Segundo os artigos 1; 65 e 66 da Constituição da República Portuguesa, todos têm o direito a uma habitação condigna com higiene e conforto, que certifique a intimidade pessoal e a privacidade da família. (Campos, 2013, p.5)

“A casa é uma identidade única, é uma apropriação de um espaço só seu/nosso. É uma distinção entre público e privado, em que a casa, a “minha”, a “nossa” casa, é um espaço privado/fechado aos olhares alheios. É um espaço de segurança de recolhimento e de afeições. A habitação é, assim, uma das condições essenciais à vivência humana e, como tal, pensar em habitação social é pensar numa melhoria da qualidade de vida que, por sua vez, poderá contribuir para uma diminuição da exclusão social e até para a inclusão daqueles que se possam encontrar sob alguma forma de exclusão por não ter acesso fácil a uma habitação condigna.” (Campos, 2013, p.1)

Na Constituição da República Portuguesa está consagrado o direito à habitação, e desde a Segunda Guerra Mundial que os estados pertencentes à União Europeia seguem uma política de alojamento baseados numa “(...) defesa de uma política de justiça social com vontade de erigir uma sociedade mais justa, reconhecendo o papel da habitação na inserção sociopolítica dos cidadãos.” (Guerra et al., 2001, p.54)

Toda a Europa teve uma evolução das políticas de habitação com características comuns, sendo que o agravamento dos conflitos sociais e as más condições de alojamento eram análogos. No começo do século XX, as políticas públicas de alojamento eram orientadas exclusivamente para os grupos sociais mais desfavorecidos. Apenas com o término da Segunda Guerra Mundial é que foi notória a ação do estado neste sector, devido à destruição das cidades nos países envolvidos e o excedente de população refugiada nos restantes, que levou à falta de habitação para um grande número de indivíduos.

A 25 de abril de 1918, ocorreu a promulgação do Decreto nº 4137 em Portugal, que garantia uma habitação digna a quem não possuía os recursos económicos suficientes para o conseguir. Devido aos saltos demográficos provocados pela industrialização, os pátios lisboetas e portuenses encontravam-se sobrelotados e com falta de higiene, a criação de alojamento era urgente e, para muitos, ia ser uma “alavanca” da reforma da sociedade. Tratou-se da “constituição de um «campo social» em torno da defesa e afirmação do «direito à habitação»” (Baptista, 1999, p.8) que deu início a um primeiro período de construção de bairros que, posteriormente, é encerrada em 1933 pelo Decreto-Lei n.º 23 052. Assim, foram criadas as “casas económicas” que consistiam em habitações para famílias com rendimentos inferiores a um patamar de referência.

No fim da Segunda Guerra Mundial acentuou-se em Portugal a necessidade de criar habitações condignas. O governo deu início a políticas de alojamento com o objetivo de: “construir um número elevado de alojamentos para substituir um parque habitacional vetusto e/ou destruído; permitir às famílias de rendimentos mais fracos aceder a alojamentos decentes sem um esforço de poupança demasiado; oferecer a todas as famílias um alojamento de boa qualidade capaz de satisfazer as suas necessidades.”. (Gonçalves, 2018, p.57) mas Portugal não acompanhou o movimento de políticas habitacionais dos outros países, havendo uma escassa intervenção pública que só foi notória nos pós 25 de abril, nos anos 70.

Foi entre as décadas de 1970 e 1980 que foi legislado o conceito de “habitação social” e estabeleceram-se os parâmetros mínimos e máximo para a construção destas habitações. Foram criados programas de acesso ao crédito por parte dos municípios como forma de estimular a construção e conservação. (Antunes, 2019, p.11)

Após o 25 de abril de 1974, a problemática da habitação esteve presente nas reivindicações da população portuguesa, o que levou a que o Estado tomasse uma posição interventiva e a adoção do crédito bonificado, o que permitiu um maior acesso a habitação própria. Houve uma maior oferta pública de habitação e a promoção de rendas moderadas, habitações cooperativas.

Em 1993, surge “(...) o Instituto Nacional de Habitação para regular a intervenção do Estado na área da habitação.” E foram elaborados diversos programas de realojamento, tais como o Programa Especial de Realojamento (PER) que previa o apoio financeiro aos municípios para a construção ou aquisição de habitações para realojar famílias em alojamentos precários. (Simões, 2010, p.23). A década de 90 foi uma época marcada pela construção de habitação pública como medida para erradicar as a problemática da habitação com pouca dignidade.

Atualmente a Lei n.º 80/2014 de 19 de dezembro que condiciona o valor máximo de renda aplicável ao arrendamento de fogos habitacionais construídos ou subsidiados pelo estado e a Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro que delimita as condições de acesso e as regras impostas aos indivíduos apoiados pelo estado na habitação.

As políticas de habitação em Portugal têm sido pouco eficazes; a habitação, apesar de ser reconhecida como um direito social, tem pouco reconhecimento do Estado. Mesmo com a criação de medidas, estas são mais artificiais do que reais.

Campos, (2013, p.5) refere que, segundo Cardoso (1984, p.28) “(...) entendemos por habitação social um tipo especial, não necessariamente homogéneo de habitação cujas características construtivas, de produção e consumo são definidas pelo Estado e cuja promoção dele depende direta ou indiretamente”, este autor também defende que a habitação está ligada aos conceitos de inserção social; inserção económica e inserção institucional.

Os primeiros bairros de alojamento social foram inaugurados nos anos 30 do século XX, com o começo da industrialização e o conseqüente êxodo rural, onde a população migrou das zonas rurais para as cidades. Nos anos 40, o governo fundou o Programa de Casas de Renda Económica, e implementou a política de congelamento de rendas em 1943, tendo em consideração a condição económica debilitada da população que se movimentava para as cidades nessa época. Ainda neste período, foi lançado o programa de casas desmontáveis, motivado pela necessidade de quantidade e qualidade de habitação, sendo que as medidas até ali implementadas não eram suficientes para alojar todos os habitantes.

A partir dos anos 60, o setor habitacional foi privatizado, o que conduziu à construção clandestina para dar resposta ao êxodo rural e, alguns anos depois, para dar resposta à massiva chegada das famílias das antigas colónias portuguesas, que não possuíam condições para aceder ao setor privado. Na década de 70, surge a primeira Lei de Solos que incluía legislação sobre o licenciamento urbanístico, planos de urbanização e planos para a regulação da construção clandestina.

Após o 25 de abril de 1974, surgiu o programa Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL). Este proporcionou o planeamento e construção de habitação por um conjunto de arquitetos, juristas, geógrafo e moradores de bairros degradados. Esta foi uma medida bastante eficaz, vista como uma “nova forma de conceber o espaço, que favorecia a participação activa popular e tinha como principal objetivo satisfazer as necessidades das populações, que se organizaram em condições locais.” (Simões, 2010, p.27)

Mas estas medidas não foram suficientes devido à pressão demográfica e a fraca intervenção pública. Nas principais cidades surgiram bairros clandestinos, bairros de lata e a sobrelotação de alojamentos que eram partilhados com diversas famílias. Em 1993, com o financiamento europeu, surgiu o Programa Especial de Realojamento (PER), que fracassou por não se concentrar nas questões materiais e ignorou os aspetos sociais. (Simões, 2010, p.23)

Os bairros sociais foram criados como resposta à necessidade de integração das populações, para dar residência fixa “à excessiva concentração de populações socioeconomicamente mais desfavorecidas e de alguns grupos de risco o que levou à intensificação e diferenciação social da cidade e da segregação desses espaços.” (Augusto, 2000, p.3)

Os bairros sociais acabam por ser locais de aglomeração de pobreza urbana com a concentração de grupos de risco, de situações sociais desfavoráveis e de grupos étnicos minoritários, o que provoca a estigmatização, exclusão e segregação destes espaços, o que é bastante visível no contexto português. Os bairros sociais continuam a demonstrar especificidades fragilizadoras da inserção e são meramente integradores. Apesar dos habitantes estarem gratos por terem acesso a uma habitação, ficam desagradados devido à insegurança e, maioritariamente, “(..)provém mais das razões socioculturais do que das más condições de conservação dos fogos ou dos edifícios ou da aparência dos espaços públicos ou das inexistências de equipamentos” (Guerra, 1994, pp.11-12). Nos jovens, isto provoca o abandono escolar, comportamentos desviantes o que resulta em repercussões coletivas o que marca negativamente os bairros. “Os moradores desses bairros sentem com intensidade este estigma social não porque assumem, em si individualmente, um estatuto de desviante, mas porque interiorizaram essa imagem pública socialmente desvalorizada atribuindo-a a determinados elementos do próprio bairro”. (Campos, 2013, p.7)

1.4. O direito à habitação – um contributo para o desenvolvimento comunitário

O surgimento do conceito de Desenvolvimento está associado ao Pós-Segunda Guerra Mundial, resultante de duas grandes causas: a independência das antigas colónias europeias e a influência da União Soviética, uma superpotência saída da guerra. Este conceito surgiu “ligado à resolução dos chamados «problemas e vícios do subdesenvolvimento»” (Amaro, 2014, p.4). Este conceito que acompanha a evolução do indivíduo e da comunidade, é visto como um

processo pelo qual todos os indivíduos aumentam as suas competências e capacidades, assim como do meio onde vive, com vista à melhoria da qualidade de vida.

O desenvolvimento “é um processo de construção de futuros sociais que envolve programas (práticas), discursos e imaginários com o objectivo de mudar uma comunidade, um território ou um grupo de pessoas.” (Pérez, 2009, p.159)

Segundo Amaro (2014), o conceito de desenvolvimento está em vias de sofrer um processo de renovação, uma vez que à medida que os anos passam novos desafios são apresentados e novas soluções têm de ser ponderadas assim, possivelmente, as novas formulações do conceito de desenvolvimento são mobilizadoras para uma ação emancipadora e participativa e não subordinada. (pp.23-25).

O desenvolvimento pode ter lugar nos mais variados âmbitos que possamos imaginar, porém, para o tema que aqui se encontra em análise, interessa-nos analisar o desenvolvimento dos indivíduos, tanto ao nível humano e inter-relacional, de capacitação e empoderamento, como das infraestruturas e sinergias que o podem proporcionar ou facilitar.

Para Ander-Egg (1980) *cit in* (Oliveira, 2015, p.14) a comunidade é definida como “(...) um agrupamento organizado de pessoas que se percebem como unidade social, cujos elementos participam de algum traço, interesse, elemento, objetivo ou função comum, com consciência de pertença situados numa determinada área geográfica na qual a pluralidade de pessoas interage mais intensamente e entre si que em qualquer outro contexto.”

Nisbet e Tönnies (1988) *cit in* Ander-Egg (1995), referem que o conceito de comunidade é algo mais que o espaço local, enquadrando todas as formas de relação que impliquem um alto grau de intimidade pessoal, emocional, moral e continuidade no tempo. É sobretudo um conjunto de diversos tipos de relações e organizações que cruzam um determinado espaço, sem preocupação expressa pela delimitação geográfica. Assim, uma comunidade são todas as formas de relação que impliquem um alto nível de proximidade interpessoal, de relações sociais afetivamente alicerçadas, com compromisso moral, forte coesão social e uma continuidade no tempo.

A primeira definição oficial de desenvolvimento comunitário é apresentada, em 1954 pelos Estados Unidos, ao colocar na linguagem internacional o desenvolvimento comunitário designa o conjunto dos processos pelos quais os habitantes de um país unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das

coletividades, associar estas coletividades à vida da nação e permitir-lhes contribuir sem reservas para o progresso do país. (Martins, 2012, p.9)

O desenvolvimento comunitário visa melhorar a vida de uma comunidade, mostrando respeito pela sua cultura e espaço geográfico, tomando consciência das potencialidades locais e mobilizando a população a ser membro ativo e participante no planeamento e intervenção como forma de melhorar o seu nível de vida. (Carmo,2001, p.76)

Para Caride, Freitas e Callejas (2007), o desenvolvimento comunitário é um processo de mudança social que, a partir de um compromisso dos indivíduos intrínsecos ao processo, alcançam os seus propósitos, apoiando-se em princípios e valores comuns. (*cit in* Martins, 2012, p.24)

É vista como uma estratégia de intervenção social que exige uma reflexão prévia sobre as realidades que se pretende relacionar, as necessidade e recursos para uma posterior posição crítica sobre a sua realidade e a organização dinâmica dos seus recursos como forma de resposta às suas necessidades.

É necessária a colocação das pessoas e comunidades locais como protagonistas do desenvolvimento, e contar com a mobilização e participação da população no desenvolvimento dos projetos como um “(...) processo de satisfação de necessidades e melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades (...)” e o desenvolvimento participativo com “(...) uma metodologia participativa no processo de mudança e de melhoria das condições de vida das populações (...)” (Amaro, 2014, p.17).

O desenvolvimento comunitário é o melhoramento das condições de vida daqueles que se inserem numa determinada comunidade, tendo em conta a especificidade dessa comunidade, bem como o estado de desenvolvimento em que a mesma se encontra. Este melhoramento é medido pelo aumento do potencial social, económico e ambiental de uma determinada região ou localidade, quando se trata de uma comunidade geográfica, valorizando-se cada vez menos o fator quantitativo e mais o qualitativo como a sustentabilidade dos projetos, o bem-estar e a dignidade das pessoas, a autonomia, o empowerment, seja do indivíduo, seja da comunidade.” (Amador,2013, p.8)

CAPÍTULO II – A INPULSAR COMO ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL COM INTERVENÇÃO SOCIAL

2.1 O Terceiro Setor

Perante o agravamento dos velhos problemas sociais e o aparecimento de novos, surgiram organizações da sociedade civil como resposta aos problemas sociais. A designação de terceiro setor foi atribuída a todas as organizações que estão situadas entre o setor empresarial (primeiro setor) e estatal (segundo setor).

Não há consenso na definição do que é o terceiro setor contudo, há elementos comuns nas definições existentes que o consideram como setor composto por organizações sem fins lucrativos que têm como missão “ajudar os mais desfavorecidos e proporcionar-lhe melhores condições de vida” (Campos, 2013, p.4) o que o torna cada vez mais reconhecido no contexto da nossa sociedade atual. Assim, terceiro setor é um termo que diz respeito “(...) ao conjunto de organizações e iniciativas da sociedade civil que, não pertencendo ao Estado, produzem bens e serviços e que, sendo privadas, não tem fins lucrativos” (Ferreira, 2009^a, *cit in* Vieira, 2015, p.14)

As instituições particulares de solidariedade social pertencem ao terceiro setor. Apenas foram reconhecidas em 1979, ano em que foi aprovado o estatuto das IPSS's.

As IPSS'S “(...) são Instituições Particulares de Solidariedade Social, (...) constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado nem por um corpo autárquico (...)” (Campos, 2013, p.10).

De acordo com o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 119/83, em Portugal, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades jurídicas constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa privada, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administrados pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços.

O modelo de IPSS, “surgido nos anos oitenta com os desafios enfrentados pelo Estado para assegurar programas de seguridade social à população, sofreu grandes transformações e diversificou-se como instrumento importante na garantia dos compromissos sociais assumidos

perante o modelo de Estado Social.” (Costa, 2016, p.117). O mesmo autor aponta as principais razões para a proliferação de entidades envolvidas na realização da cidadania social, atualmente com quase quatro mil instituições em funcionamento em Portugal:

i) insuficiência da estrutura administrativa pública que não tem condições de atender todos os anseios da sociedade, pois precisa criar e manter dispendiosos equipamentos, sem contar as despesas correntes e a contratação de mão de obra especializada;

ii) ainda que o Estado dispusesse de capacidade operacional para certas atividades sociais (técnica e financeira), há elementos de natureza humanitária (ideologia) que só os segmentos da sociedade civil conseguem proporcionar;

iii) se o setor privado tem condições de organizar-se civilmente para o exercício de atividades de interesse coletivo, torna-se descabido ao Poder Público pretender assumir tais responsabilidades (estatizá-las), ao invés de fomentá-las simplesmente. (Costa, 2016, p.117)

As instituições particulares são consideradas pelo Presidente da CNIS-Confederação Nacional das instituições de solidariedade como “organizações de uma comunidade que se envolve e não se desmobiliza e que, nos momentos de crise, se comporta de uma forma expansionista e em contraciclo, se comparada com os outros setores tradicionais da economia e com outras sociedades. São economia das pessoas e para as pessoas, com abordagem mais humanista, mais próxima e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, para os que vivem em situações de maior fragilidade social.” (Maia,2018, p.5)

Estas instituições atuam em diversos contextos, e tem como principais áreas de intervenção “(...) o Apoio a Crianças e Jovens; Apoio à Família; a Proteção dos cidadãos na Velhice e na Invalidez e em todas as situações de inexistência ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade de trabalho; a Promoção e proteção da saúde, através da prestação de cuidados no âmbito da medicina preventiva, curativa e de reabilitação; a Educação e formação profissional dos cidadãos; cidadãos portadores de incapacidade física ou mental; vítimas de violência doméstica e cidadãos excluídos socialmente” (Alfaro, 2003, *cit in* Pereira, 2015, p.9).

Uma das Instituições Particulares de Solidariedade Social com maior dinamismo no concelho de Leiria é a InPulsar, que nasceu da vontade de um conjunto de pessoas da sociedade

civil com o principal objetivo de mudar o rumo do modelo de intervenção social em contextos carenciados.

A InPulsar enquanto instituição foi sempre proativa no sentido de se envolver e participar na tomada de decisão junto dos órgãos locais para desenvolver uma ação concertada e sustentada junto das pessoas que vivem nos bairros sociais.

2.2 Caracterização da InPulsar: Aspetos organizacionais e relações profissionais

RESENHA HISTÓRICA

InPulsar é uma Associação para o Desenvolvimento Comunitário, sem fins lucrativos, formalmente constituída a 29 de março de 2012 com a missão de contribuir para a inclusão social e económica de populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social, numa perspetiva de proximidade e de envolvimento das populações, centrando a sua intervenção no cidadão e nas capacidades da própria comunidade. Criada por cinco profissionais da área social que após se terem deparado com várias problemáticas presentes em Leiria e a consequente falta de respostas sociais para os grupos mais vulneráveis constataram a necessidade de integrar as pessoas socialmente excluídas na dinâmica da cidade de uma forma alternativa. (InPulsar, 2019)

Esta associação iniciou-se com um projeto de intervenção comunitária junto de crianças, jovens e famílias de um bairro social economicamente degradado e associado ao tráfico e consumo de drogas, denominado de “Giro ó Bairro”.

MISSÃO, OBJETIVOS E VALORES

Esta associação tem como principais objetivos a integração social e comunitária de indivíduos em situação de vulnerabilidade, bem como o apoio a crianças, jovens e famílias, procurando sempre emancipar, incluir e quebrar preconceitos por parte da comunidade em geral.

A Associação tem como visão consolidar o seu papel como instituição de referência no meio da intervenção social, criando respostas sociais para as diferentes necessidades junto da

comunidade local. Como missão, a InPulsar assume a promoção de dinâmicas e a aquisição de competências através de metodologias participativas, para assim contribuir para a inclusão social e económica de populações em situação de vulnerabilidade, sendo que esta consiste na posse de recursos económicos, culturais, sociais, políticos e simbólico, capazes de garantir uma condição e um sentimento de pertença num todo tendo como foco uma perspetiva de proximidade e envolvimento das populações. (InPulsar, 2019)

O uso de metodologias participativas é uma ferramenta que facilita o processo de aprendizagem e de identificação positiva dos indivíduos envolvidos com os projetos. Esta permite uma atuação efetiva dos participantes no processo socioeducativo sem serem considerados meros recetores, nos quais se depositam conhecimentos e informações. São valorizados os conhecimentos e experiências dos participantes sendo estes, envolvidos na discussão, identificação e busca de soluções para problemas que emergem no seu quotidiano. É uma técnica baseada no prazer, nas vivências e na participação dos indivíduos em situações reais e imaginárias, onde os participantes trabalham situações concretas a partir de técnicas de dinâmicas de grupo, jogos e outros.

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR

O termo equipa deriva da palavra “esquif”, nome dado às filas de barcos amarrados e rebocados por homens a cavalos, como refere Peduzzi (1998). Esta função obrigava a um trabalho coletivo na busca de objetivos comuns assim, o termo “equipa” começou a ser utilizado para designar “o trabalho coletivo, compartilhando, de vários trabalhadores no desenvolvimento de uma tarefa, compreendida com a meta comum do grupo.” (Teixeira, 2011, p.38)

Segundo Hunter et al. (1997) uma equipa “(...) consiste num grupo de pessoas que necessitam umas das outras para atingir determinado fim, em que todas se reúnem para alcançar um determinado objetivo” (Antunes, 2016, p.6). Para Covey (2000), “(...) as equipas são um meio de coordenação tanto das atividades humanas como da criação de respostas rápidas de problemas específicos.” ainda para este autor defende que esse conceito se define por “(...) um conjunto de pessoas que juntas realizam determinadas tarefas, cumprindo uma missão.” (Antunes, 2016, p.7).

A multidisciplinaridade é a sobreposição de disciplinas, passando a haver uma “troca de ideias” e cooperação entre disciplinas. (Palmade, 1979, *cit in* Castro, 2017, p.93). Segundo Pombo (2004), “a ideia é sempre a mesma: juntar várias pessoas, de diferentes áreas do conhecimento, e pô-las em conjunto a falar à volta de uma mesa, lado a lado, frente a frente, em círculo ou semicírculo, em presença ou por videoconferência, etc. Cada pessoa fala na sua vez ou procura-se que conversem umas com as outras.” (*cit in* Castro, 2017, p.93)

A InPulsar é caracterizada por ter uma equipa multidisciplinar, os profissionais encontram-se distribuídos pelos diversos projetos que são desenvolvidos pela associação. Nas equipas técnicas dos projetos pode-se encontrar Psicólogos, Técnicos Superiores de Serviço Social, Mediador de Pares, Técnicos Superiores de Animação Sociocultural, monitores especializados em certas áreas e, ocasionalmente, conta também com enfermeiros. Estas equipas permanentes contam sempre com a presença de estagiários e voluntários para a execução das tarefas afetas aos projetos.

Fazem parte da equipa multidisciplinar desta associação diversos Técnicos:

Psicólogo Social

Desde a sua origem, a psicologia destacou aspetos mais emergentes no ser humano, tais como a depressão, a ansiedade e vários transtornos mentais. Ao longo do tempo, esta foi-se expandindo e adquirindo novas abordagens e ampliando o seu campo de atuação. Assim, surgiu a psicologia social que procurava estudar e priorizar as questões sociais e coletivas como forma de ajudar e justificar relações individuais.

A Psicologia Social é um domínio científico da maneira como os pensamentos, sentimentos e comportamentos de uma ou mais pessoas, são influenciados pelas características de outrem. Os psicólogos sociais devem examinar essas questões, procurando o entendimento de como as pessoas influenciam umas as outras e estudando fatores que determinam a interação humana.

O Psicólogo Social deve auxiliar a compreensão da necessidade que sentimentos do outro e a importância da comunicação frente ao comportamento alheio. Estes interessam-se em saber como é que os indivíduos se influenciam mutuamente no contexto social, entender como é que as atitudes e comportamento diferem quando estão em grupo ou sozinhas. Têm a função de colaborar na luta contra o rompimento dos entraves sociais, tais como: o preconceito,

estigmas e estereótipo, mostrando ao indivíduo que este é um ser com direitos e capaz de combater as desigualdades sociais, assim como compreender as suas causas e efeitos.

Técnico Superior de Serviço Social

O Serviço Social deve providenciar formas de aliviar as situações individualmente experienciadas, nascidas de questões coletivas estruturais que são necessárias ultrapassar ou transformar como dinâmicas sociais de ordem política, económica e cultural.

O Técnico Superior de Serviço Social tem como foco principal, o diagnóstico da situação global do utente de forma a perceber qual a melhor intervenção. Tem como objetivo a criação de estratégias individuais para garantir que a inclusão no meio físico e social seja adequada de forma a favorecer o desenvolvimento e aquisição de competências por parte dos utentes. Estes estão preparados para desenvolver processos de intervenção social fundamentados na articulação, negociação e interação institucional, bem como a mediação entre serviços e indivíduos. Assim, podemos afirmar que os Técnicos Superiores de Serviço Social são agentes potenciadores de mudança na sociedade, na vida dos cidadãos, famílias e comunidades com que interagem no seu quotidiano.

Desde a sua origem, o Serviço Social move-se entre diversas posições de encarar os problemas sociais sendo a que mais prevalece, a de carácter assistencialista e de caridade que gera dependência e manutenção dos problemas sociais. Este fenómeno provocou a emergência de um novo modelo de integração social em que o foco deixa de ser a proteção dos indivíduos e torna-se essencial o encorajamento dos indivíduos em retomar o seu lugar na sociedade. Nesta nova perspetiva o Serviço Social rejeita focalizar a intervenção no tratamento de manifestações individualizadas dos problemas sociais, passando a adotar uma intervenção assente na mediação estatal e na mobilização dos recursos e capacidades dos indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade ou marginalidade. Esta opção seria a mais eficaz e de carácter preventivo, mas é insuficientemente implementada pelo que se torna mais relevante promover uma intervenção assente na participação, no *empowerment* e na promoção da cidadania.

Mediadores de pares

A mediação é um método de resolução de conflitos em que duas ou mais partes recorrem a uma terceira pessoa, imparcial, com o objetivo de se trabalhar o conflito de forma a, se possível, chegarem a um acordo satisfatório para todos os envolvidos na disputa. É um meio de resolução de conflitos, diferente do tradicional sendo que neste, as partes têm controle sobre o processo e resultado e é uma alternativa com maior proximidade dos cidadãos. É um processo informal e flexível com grande envolvimento das partes na procura de uma solução para a disputa.

A mediação de pares é uma estratégia caracterizada pelo diálogo e o encontro interpessoal que se baseia em princípios, técnicas e saberes como forma cooperativa entre os protagonistas do confronto. É uma abordagem que beneficia mediadores, na medida em que se colocam no lugar do outro, e mediados, sendo que desenvolvem competências sociais e interpessoais. A mediação pode resultar na reorientação das relações sociais, com a construção de novas formas de cooperação, confiança e solidariedade, causando atitudes de tolerância, responsabilidade e iniciativas individuais que originam uma nova ordem social.

Assim, o mediador é um facilitador com formação específica que apoia e assiste as partes na comunicação e na negociação, independente e imparcial, que não toma partido de nenhuma das partes, com a função de desenvolver o processo de mediação de forma responsável que em conjunto com as partes, faz o levantamento das questões existentes e dos interesses, recolhe informações e contribui para que as partes encontrem uma solução a partir da avaliação dos pontos fortes e dos pontos fracos e encoraja-as a trabalhar de forma cooperativa.

Animador sociocultural

A animação sociocultural é uma técnica que permite o indivíduo a tomada de consciência dos seus problemas e necessidades e implementar a comunicação a fim de resolver coletivamente esses problemas. É uma prática social participativa que utiliza uma pedagogia interdisciplinares com o objetivo de desenvolver competências sociais com vista a que os indivíduos obtenham ferramentas que lhe permitam serem os protagonistas dos processos de desenvolvimento. Este processo está em permanente reestruturação e adaptação à realidade social, originado pelo cruzamento dos conhecimentos no domínio social, cultural e educativo.

O Animador Sociocultural é um educador, na medida em que orienta o indivíduo na construção do seu conhecimento, um mediador, por ser capaz de estabelecer uma comunicação positiva entre as pessoas e um agente social, porque dinamiza grupos na tentativa da mudança de atitudes. Recorrem frequentemente a processos lúdicos como ferramenta de intervenção, sendo estes um instrumento de trabalho que permite a realização de diversas aprendizagens, tratando-se de um processo de socialização que permite o indivíduo explorar o mundo que o rodeia sendo que são desenvolvidas dinâmicas de colaboração e cooperação com o outro que, com regras e normas permitirá crescer e ter outra perspetiva sobre a envolvente social do grupo de pertença.

2.3 Apresentação dos projetos da InPulsar nos bairros sociais de Leiria

A InPulsar em todos os seus projetos tem uma intervenção de primeira linha com um carácter tanto assistencialista como preventivo. A intervenção é feita a nível das famílias, comunidades e jovens em contexto desfavorável e socialmente excluídos. Esta associação iniciou-se com um projeto de intervenção comunitária junto de crianças, jovens e famílias de um bairro social economicamente degradado e associado ao tráfico e consumo de drogas, denominado de “Giro ó Bairro”

Com o projeto “Giros na Rua” implementou uma resposta de proximidade através da criação de uma equipa de rua composta por uma unidade móvel e uma unidade fixa, com o objetivo de promover a redução de riscos assente numa estratégia de garantia dos Direitos Humanos e emancipação dos próprios beneficiários.

Mais tarde, surgiu a necessidade de uma intervenção no bairro multicultural da Quinta da Alçada onde se verificou a urgência de realizar intervenção com enfoque nas questões de mediação comunitária e a promoção da inclusão dos indivíduos provenientes de meios marcadamente desfavorecidos. No entanto houve a necessidade de pensar a intervenção de uma forma inovadora e envolvendo todos os intervenientes na tomada de decisões, surgindo assim o projeto “Redes na Quint@”.

Mais recentemente, a InPulsar tem tido um crescimento exponencial com o surgimento de vários outros projetos e vamos apresentar alguns deles:

GIRO Ó BAIRRO

O projeto “Giro ó Bairro”, desenvolvido pela InPulsar, teve início em maio de 2013. Este é financiado pelo Município de Leiria.

Situa-se no Bairro Social Cova das Faias, localizado na União das Freguesias de Santa Eufémia e Boavista. Procura dar respostas às necessidades e problemáticas da população do bairro, constituído maioritariamente por indivíduos de etnia cigana. O principal objetivo deste projeto é a promoção da inclusão social das crianças/jovens e as suas famílias, utilizando uma estratégia de intervenção social que se foque na emancipação dos mesmos.

Através do Projeto Giro ó Bairro, pretende-se que os intervenientes se relacionem a fim de promover um bom funcionamento da comunidade local para que seja possível de atingir uma desconstrução de preconceitos, para isto é necessário que os indivíduos participem nas atividades propostas e sejam assíduos, para promover também a criação de rotinas e responsabilidades nos mesmos.

Ainda a cerca do projeto, existe um apoio e acompanhamento escolar para as crianças e jovens do Bairro Social Cova das Faias, em que usufruem de auxílio por partes dos técnicos nas suas dificuldades cognitivas e alguma questão que seja necessário resolver nas instituições de ensino, o que permite também que seja possível existir uma boa organização entre o projeto e a escola na resolução de questões. Relativamente a outro apoio prestado, desenvolve-se o acompanhamento psicossocial das famílias, este é realizado em contexto de gabinete no caso de ser necessário estabelecer alguma articulação com outras entidades.

REDES NA QUINT@ - E8G

O projeto “Redes na Quint@- E8G” iniciado a abril de 2016, tem como entidade financiadora o Programa Escolhas sendo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações, procura promover a inserção social de crianças e jovens provenientes de situações socioeconómicas desfavorecidas, da União de freguesias de Marrazes e Barosa, tendo como foco a Urbanização Quinta do Alçada.

integra a 8ª geração do programa, que iniciou em março de 2021. Até à aprovação do projeto 8ª geração, recebeu apoio do Município de Leiria, de forma a não interromper os trabalhos.

O objetivo do projeto é promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos, para isto, o mesmo desenvolve inúmeras atividades no bairro da Quinta do Alçada, onde se encontra. Tem como intuito principal alcançar o sucesso escolar, assim como chamar a atenção dos encarregados de educação para a importância de serem responsáveis no processo educativo dos seus educandos. Pretende ainda que estas crianças e jovens possam adquirir competências pessoais, profissionais e sociais, desenvolver os participantes em atividades artísticas e desportivas, de forma a aumentar a participação comunitária e o diálogo intercultural.

SOB O MESMO CÉU

“Sob o mesmo Céu” é um projeto apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian através da iniciativa PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social e promovido pela InPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário.

Com a duração de 3 anos, tendo tido início a janeiro de 2019, findando a dezembro de 2021, dirige-se a 40 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos de idade residentes na Urbanização Quinta do Alçada, União de Freguesias de Marrazes e Barosa, Leiria.

É um projeto focado na comunidade que visa ampliar políticas de desenvolvimento social e de atuação no espaço público, procurando repensar espaços como lugares de encontro, de integração entre as pessoas, de formação e de construção de cidadania. As práticas artísticas multidisciplinares como arquitetura, audiovisual e artes plásticas surgem como veículo de combate aos problemas sociais identificados no território de intervenção.

Desta forma, o projeto pretende desenvolver o sentido crítico dos intervenientes, para que estes possam de alguma forma contribuir para a transformação da comunidade em que estão envolvidos, pois só assim é possível fortalecer o sentimento de pertença à comunidade em questão.

GIROS NA RUA

O projeto "Giros na Rua" teve início em abril de 2014 e assenta num Gabinete de Apoio e Equipa de Rua para contributo e melhoria de algumas condições básicas. É um projeto financiado pela SICAD (Serviço De Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências) no âmbito do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) na região de Leiria, tendo como foco a redução de riscos e minimização de danos. Destina-se a promover uma resposta de proximidade com indivíduos em situação de exclusão social (toxicodependentes, arrumadores de carros, sem-abrigo, trabalhadores/as do sexo, alcoólicos) para garantir o acesso a direitos básicos. Tem como objetivo garantir a redução de comportamentos de riscos.

Atua a nível da saúde e exclusão social, procurando a defesa dos direitos das pessoas, tentando colmatar as suas necessidades e auxiliando na sua integração na comunidade.

DEL REI

Promovido pela InPulsar, com início a janeiro de 2020, no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e financiado pelo POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), o projeto "D'El – Rei 4G" tem como principal ambição a promoção de medidas centradas na promoção da inclusão social de grupos que apresentam maiores níveis de fragilidade social nas freguesias da Maceira, união de freguesias de Marrazes e Barosa e união de freguesias de Parceiros e Azoia.

É caracterizado pela intervenção assente numa perspetiva diferenciadora em três eixos: intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa; auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidade. Pretende, com esta intervenção, a criação de valor para a comunidade, contribuindo para o aumento da coesão social.

No seu plano são descritas treze atividades, que incluem oficinas artísticas; oficinas intergeracionais, gabinete 4G, apoio psicossocial, conferências, sessões de parentalidade, workshops, entre outros. As atividades são desenvolvidas e promovidas em articulação com as Juntas de Freguesia e as entidades parceiras locais.

MORADA CERTA – LEIRIA HOUSING FIRST

O projeto “Morada Certa – Leiria Housing First” é inspirado no modelo “Housing First”, destinado a pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo crónico, que já passaram por vários tipos de respostas que não funcionaram. Este projeto oferece apoio na escolha, obtenção e manutenção de uma casa individual, digna, permanente e integrada na comunidade.

Visa a promoção do acesso direto a uma habitação individualizada, estável e dispersa pela cidade, assim como a garantia de um conjunto de serviços de suporte na comunidade a pessoas em situação de sem abrigo.

Adota uma abordagem que combina a integração numa casa e o apoio e acompanhamento contínuo de uma equipa técnica. As habitações são dispersas pela cidade, o que obriga as pessoas a criar novos laços e outras redes de socialização que será predominante para a sua autonomia e integração social.

Conta com o apoio da união das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e é financiado pelo Município de Leiria, pela Lusiaves e pelo Instituto da Segurança Social, contudo, os participantes têm de contribuir com 30% dos rendimentos que auferem mensalmente.

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

CAPÍTULO III – ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1 Problemática

Desde a constituição dos empreendimentos de habitação social, estes constituíram um grave problema em Portugal devido à criação de guetos sociais e segregação dos habitantes. Paralelamente, os habitantes dos bairros sociais enfrentam também problemas como a estigmatização e rotulagem com estereótipos negativos. Para muitos, viver nestes bairros é ser conotado como uma imagem de marginal, delinquente e indesejável. Esta representação social, está ligada ao facto de se alojarem nestes bairros, maioritariamente, população já em risco, socialmente desfavorecidas ou grupos étnicos minoritários em situações fortes exclusão e desqualificação social, com um perfil que apresenta poucos recursos económicos, baixos níveis escolares e profissionais e pouca capacidade de socialização.

O estigma de viver num bairro social e a conotação de marginal tendem a ser interiorizados pelos habitantes que influênciam a produção de identidade pessoal destes e resulta em comportamentos desviantes, criminalidade e delinquência em grande parte dos moradores deste espaço habitacional.

Tornou-se urgente uma intervenção nestes espaços como forma de quebrar a o fio condutor que leva a que os moradores assumam a identidade atribuída ao bairro, pelos indivíduos exteriores. São diversas as iniciativas com enfoque nesta problemática, tanto a nível público quanto privado. Estes projetos têm o intuito da promoção da proximidade e entreajuda da comunidade e a atenuação do estigma e imagem negativa que os bairros têm no seu exterior. Existem também associações que assumem o objetivo de promover o sucesso escolar e o desenvolvimento de competências pessoas para combater fatores de exclusão e a criação de igualdade de oportunidade.

Esta investigação centra-se na perspetiva dos profissionais que integram projetos inseridos em territórios socialmente desfavorecidos, como forma de compreender a perceção destes

quanto ao seu impacto no futuro dos intervenientes do projeto, assim como perceber o seu contributo quanto à melhoria das condições de vida nos diferentes níveis. Pretendemos saber quais as metodologias utilizadas pelos profissionais da InPulsar na intervenção em geral e qual o entendimento destes sobre o impacto da sua intervenção nos indivíduos e na comunidade onde se desenvolvem as suas práticas.

3.2 Pergunta de Partida

De acordo com Quivy (2005), a pergunta de partida constitui um primeiro meio para romper com o senso comum e deve ter três qualidades essenciais: clareza, exequibilidade e pertinência, pois através da pergunta de partida deve ser possível ter uma ideia clara acerca do objetivo a alcançar, “(...) com esta pergunta o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que se procura saber, elucidar, compreender melhor. A pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação.” (p.32).

Assim, as perguntas de partida desta investigação serão:

- I. Qual a perceção dos técnicos da InPulsar sobre a sua participação e empenho na execução dos diferentes projetos de intervenção social nos bairros sociais de Leiria?
- II. De que forma os projetos de intervenção social desenvolvidos pela InPulsar nos bairros sociais de Leiria contribuem para melhorar as condições, relacionais, sociais, educacionais dos seus habitantes.

Pretendemos saber se a participação, a motivação, a satisfação e a performance dos técnicos da InPulsar podem influenciar na operacionalização das suas intervenções e ajudar a cumprir as metas dos projetos de intervenção social que decorrem no Bairros Sociais de Leiria. Pretendemos saber de que forma a ligação e o conhecimento da realidade social dos técnicos da InPulsar são fatores que contribuem para melhorar o seu desempenho e por outro lado melhorar a condição de vida das populações dos Bairros Sociais de Leiria

3.3 *Objetivos da investigação*

Como forma de obter resposta para as questões anteriormente expostas, foram formulados e definidos os seguintes objetivos:

OBJETIVOS GERAIS

1. Refletir sobre a análise que os técnicos da InPulsar fazem da sua intervenção nos bairros sociais de Leiria;
2. Avaliar a perceção que têm do impacto da sua intervenção nos bairros sociais de Leiria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Conhecer quais os projetos que a InPulsar tem implementados nos bairros sociais de leiria;
2. Conhecer a realidade atual e o estado de cada um dos projetos que a InPulsar está a desenvolver nos bairros sociais de leiria;
3. Identificar as questões que mais preocupam os técnicos da InPulsar na implementação e desenvolvimento de cada um dos projetos;
4. Aferir quais são as principais mudanças que pretendem operacionalizar com os diferentes projetos de intervenção social;
5. Compreender de que forma a sua intervenção melhora as dimensões sociais, económicas, educacionais e sanitárias dos residentes dos Bairros sociais de Leiria.

3.4 Metodologia Qualitativa

Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, assente num estudo de caso baseado em entrevistas semiestruturadas realizadas aos diferentes técnicos que desempenham a sua atividade profissional na InPulsar com o intuito de transformar a vidas dos sujeitos da sua intervenção. Opta-se assim pela abordagem qualitativa dado que a nossa investigação incide sobre a perceção dos técnicos sobre o seu trabalho e impacto deste tema. É uma abordagem indutiva e compreensiva, em que o ator social e os significados que confere à sua ação têm um papel fundamental no trabalho do investigador.

As Ciências Sociais e Humanas foram dominadas pelo paradigma positivista porem, nas últimas décadas, têm sofrido uma revolução, com o aprofundamento teórico e metodológico de novos modelos de investigação. Assim, às estatísticas experimentais utilizadas, juntaram-se a análise textual, a entrevista em profundidade e a etnografia, realçando conceitos como a mudança social, a etnicidade, o género, a idade e a cultura havendo um maior cuidado com a relação entre investigador e investigação. (Aires, 2015, p.6)

Os paradigmas qualitativo e quantitativo são distintos no que diz respeito à produção do conhecimento e ao processo de investigação. A distinção com maior ênfase diz respeito à abordagem que supõe um raciocínio lógico dedutivo no paradigma quantitativo e o paradigma qualitativo assenta num processo indutivo de pesquisa que permite uma interação entre o pesquisador e o que está a ser pesquisado (Fortin, 2000, p.175).

O paradigma qualitativo está “(...) interessado em compreender a conduta humana a partir dos próprios pontos de vista daquele que actua”, adota um ponto de vista ontológico, através de uma observação naturalista e sem controlo, fundamentado na realidade com caracter exploratório, expansionista, descritivo e indutivo. (Reichardt & Cook, 1986 *cit in* Fortin, 2000, p.177).

Na investigação qualitativa o plano de investigação é flexível, sendo feita uma investigação descritiva com grande rigor que resulte diretamente com os dados recolhidos. Estes dados incluem transcrições de entrevistas, registos de observações, documentos escritos, fotografias e gravações vídeo, entre outros, sendo os mais utilizados a observação participante, a entrevista e a análise documental. Neste tipo de investigação “(...) a preocupação central não é a de saber se os resultados são suscetíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados” (Bogdan e Biklen, 1994, *cit in* Fortin, 2000, p.181).

3.5 Desenho da investigação: Estudo de Caso

Escolhemos como método de investigação o estudo de caso. Como o nome indica, esta é uma estratégia que permite aprofundar o estudo de um caso, ou seja, um objeto de estudo específico, bem delimitado e contextualizado no tempo e espaço. É bastante utilizado no âmbito de investigações em Ciências Sociais, por apresentar ter a característica de ser possível separar o fenómeno do contexto.

É um método bastante útil na “ (...) exploração de novos processos ou comportamentos, (...), porque têm a importante função de gerar hipóteses e construir teorias.” Preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. É bastante utilizado por apresentar a vantagem de ser possível passar à frente a etapa de tentativa e erro. (Ventura, 2007, p.386)

Para a utilização do estudo de caso são utilizadas diferentes técnicas de recolha de dados tais como: a observação, a entrevista, a análise documental e o questionário.

3.6 Técnicas e instrumentos de recolha de dados

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Neste estudo, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas por garantir um maior aprofundamento dos temas tratados e por permitir flexibilidade no diálogo em torno dos assuntos definidos e por ser uma técnica que permite um contacto mais direto com os participantes no estudo e recolha de dados mais pessoais. As temáticas abordadas são conceitos sensíveis e divergentes que devem ser analisados com rigor e exigem liberdade de resposta, com um elevado grau de profundidade, o que vai ao encontro das possibilidades da entrevista semiestruturada

“A entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupo, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações” (Ketele & Roegiers, 1999 *cit in* Mirada, 2009, p.67)

Esta técnica de recolha de dados assenta na comunicação verbal que se estabelece entre o investigador e os participantes. Pode ser realizada face a face, por telefone ou meio eletrónicos, com o objetivo de coletar dados relativos às questões de investigação formuladas, sendo frequentemente utilizados em estudos de carácter exploratório-descritivos. (Fortin, 2000, p.245). A entrevista semiestruturada é conduzida através de um conjunto de tópicos, sendo deixado de parte o guião de entrevista rígido e com perguntas precisas, sem importância de ordem ou momento, o que permite maior liberdade de expressão do entrevistado e exige da parte do entrevistado a escuta atenta e ativa. (Quivy, 1992 *cit in* Simões, 2010, p.6).

O guião da entrevista foi testado junto de técnicos que não participaram no estudo. O contacto para a realização das entrevistas feito através de telefone, Zoom, Skype e presencialmente. Sempre que necessário foram efetuados contactos pelas mesmas vias, conforme a disponibilidade e compreensão dos entrevistados.

Nas entrevistas realizadas aos profissionais da InPulsar, foi-lhes solicitado que falassem abertamente em cada pergunta e sempre que possível se socorressem de exemplos sobre ocorrências/experiências que acontecem no âmbito da sua intervenção comunitária.

Esta interação entre o discurso teórico-conceptual e técnico-prático constitui-se num ponto da investigação pelo olhar multidimensional sobre as problemáticas dos utentes que são apoiados pelos profissionais da InPulsar e simultaneamente, na forma como foi possível analisar a plasticidade com que os profissionais da Instituição têm para adaptar as suas práticas profissionais de modo a responder de forma adequada às necessidades dos sujeitos de intervenção.

O ponto de partida de todas as entrevistas foi a investigação da experiência profissional dos participantes. A partir disso, pudemos extrair informações sobre os projetos e as atividades profissionais que desenvolvem nos seu dia-a-dia, nos quais atuam e pelos quais se tornaram sujeitos de investigação neste trabalho.

O recurso ao uso da técnica da análise documental teve como principal fundamento reforçar e complementar a recolha de dados feita com as entrevistas. A intenção foi analisar documentos manuscritos, impressos ou audiovisuais privados pertencentes à InPulsar, com informação dos projetos de intervenção social, protocolos de parceria, atas de reuniões e ficheiros utilizados pelos técnicos na referência e sinalização das problemáticas sociais e comunitárias. Esta análise documental iniciou-se com a pesquisa de documentos, elaborados pela InPulsar, sobre os recursos humanos, missão, objetivos e metas dos projetos de intervenção social desenvolvidos nas diferentes zonas geográficas do Município de Leiria, assim como relatórios, atas, entre outros, já publicados, sobre a temática da investigação.

3.7 Técnica de tratamento de dados: Análise de Conteúdo

No campo da investigação qualitativa são utilizadas técnicas de análise e tratamento de dados fundamentados na abordagem pessoal interpretativa e criativa do investigador. A principal técnica utilizada para o tratamento de dados qualitativos é a análise de conteúdo, onde os dados são organizados e sintetizados em categorias que o investigador identifica como pertinentes para o estudo.

De acordo com Campos (2004), para recorrermos a esta técnica de análise devemos respeitar três fases fundamentais desse processo, a fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do corpus das entrevistas, depois de selecionado o corpus a ser analisado procedem-se às leituras flutuantes de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma não estruturada aspetos importantes para as próximas fases da análise, de seguida faz-se a seleção das unidades de análise (ou unidades de significados) e por último faz-se o processo de categorização e subcategorização que pode ser definido como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação.

Neste estudo, para o tratamento de dados procedeu-se à transcrição integral das entrevistas e a posterior organização e apresentação dos dados de forma a facilitar a análise e

interpretação das respostas obtidas. As respostas dos entrevistados foram dispostas por categorias a partir das quais se podem extrair conclusões para a investigação.

3.8 População do estudo

A população em estudo são os diversos profissionais da InPulsar que exercem diversas funções, de acordo com as especificidade e necessidades sociais do público-alvo, nos projetos de intervenção sociocomunitária da InPulsar, desenvolvidos nos territórios com grupos socialmente desfavorecidos e em situações de risco do Município de Leiria.

Selecionamos para as entrevistas um grupo de técnicos que não constituem uma amostra representativa. As conclusões por nós retiradas apenas se aplicam a estes técnicos.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Caracterização e dados sociodemográficos dos entrevistados

TABELA 1 - DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS ENTREVISTADOS

	Sexo	Formação	Anos de atividade na área social
Ent_01	Feminino	Formações na área da fotografia	8 anos
Ent_02	Feminino	Licenciatura em Serviço Social	9 anos
Ent_03	Feminino	Licenciatura em Psicologia e Mestrado em Psicologia da Justiça	3 anos
Ent_04	Feminino	Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações; pós-graduação em gestão do desenvolvimento local e mestrado em desenvolvimento e saúde global	5 anos
Ent_05	Feminino	Licenciatura em Psicologia Social com mestrado integrado e especialização em psicologia clínica e da saúde	19 anos
Ent_06	Feminino	12º ano	1 ano
Ent_07	Feminino	Licenciatura em Serviço Social	1 ano
Ent_08	Feminino	Licenciatura em Sociologia e Mestrado em Serviço Social	16 anos

Para este estudo escolhemos oito indivíduos, todos do sexo feminino. A nível de formação, 25% tem formação em serviço social, 38% tem licenciatura em psicologia, 12% são sociólogas e 25% com o 12º ano de escolaridade. Em relação aos anos em atividade, 50%

dos entrevistados encontra-se a trabalhar na área há menos de cinco anos e a outra metade há mais de 8 anos.

CONTRIBUTO DA INPULSAR PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DO PÚBLICO-ALVO

Partindo da premissa que quem faz as instituições são pessoas que as compõem, pretendemos saber juntos entrevistados, *qual o contributo que no seu entender a InPulsar oferece para melhorar a vida das pessoas que recorrem aos seus serviços?*

A Assistente social, designada por entrevistada 2, a desenvolver a sua atividade na InPulsar há 9 anos, refere que:

“Acho que nós temos um grande impacto na vida destas famílias, na vida destas crianças. Eu acredito que nós podemos e que vamos promovendo mudanças a curto, a médio e a longo prazo. Sem dúvida que vamos promovendo alguma igualdade de oportunidades, isso é fundamental para a mudança e para o impacto futuro. Vamos promovendo a igualdade de oportunidades, vamos promovendo o acesso às novas tecnologias da informação. Vamos permitindo o acesso a muitas coisas que estas famílias se calhar não teriam se nós não estivéssemos no território.” (Ent_02)

Um dos objetivos InPulsar é empoderamento das famílias, que se realiza através de ações de promoção e capacitação juntos dos sujeitos de intervenção. Na resposta da entrevistada 4, a desempenhar a sua atividade profissional na InPulsar há 5 anos, podemos induzir que há sempre a preocupação que a atuação seja multidimensional e que tenha impacto não só numa família ou num membro da comunidade, mas que o impacto da intervenção seja visível em todos os agentes envolvidos na problemática.

“É o contributo que nós damos no trabalho com as crianças e jovens e depois, como falei à bocado, a família vem sempre por inerência. Também não trabalhamos só individualmente as crianças e jovens, mas também as famílias, também fazemos apoio psicológico às famílias, encaminhamentos para serviços,

encaminhamentos para formação, questões de apoio burocrático para a documentação, todas estas coisas que influenciam.” “Não é desresponsabilizar a família de acompanhar e de seguir, é dar suporte enquanto é preciso e ir trabalhando a família. Por isso é que as coisas têm de ir paralelamente e ir criando pequenas exigências para as famílias, pequenas metas que elas possam alcançar para não haver frustração e controvérsias e questões, mas sempre com vista o maior envolvimento e mais eficaz e mais habilitado.” (Ent_04)

Nesta linha de pensamento e sentimento da entrevistada 7, Assistente Social da InPulsar, acrescenta que a capacitação é fundamental para *que possam ajudar* os utentes a ganhar autonomia e terem um papel decisivo na reorganização da sua própria vida.

“Com o contributo de todos os técnicos da InPulsar, vamos conseguindo capacitá-los para que sejam mais autónomos. Porque há coisas mínimas que nós podemos explicar para eles começarem a ganhar alguma autonomia, não serem tão dependentes de nós.” “Nem que estejamos ao lado deles, nem que seja numa simples chamada, estarmos ao pé deles «vá, agora vão ser vocês a falar» e nós estamos atrás a acompanhar para ganharem certa autonomia.” (Ent_07)

POTENCIALIDADE E PARTICULARIDADES DA ASSOCIAÇÃO INPULSAR

Para os entrevistados a InPulsar tem-se mostrado resistente e com o mesmo empenho a lutar pelas causas sociais e no combate às desigualdades sociais. Todas as entrevistadas referem que mesmo nos períodos de maiores dificuldades, os seus pontos fortes estão na forma como vestem a camisola da instituição, criam dinâmicas para poder continuar a fazer o seu trabalho e em simultâneo falam na relação de proximidade que estabelecem com os sujeitos de Intervenção:

“Esta equipa, que faz parte e compõe a InPulsar, é realmente muito forte, e os recursos humanos que fazem parte da associação, são a potencialidade mais forte.”

“Um bocadinho no seguimento do que eu dizia à pouco, uma equipa jovem, uma equipa com muita garra e é uma equipa muito disponível para trabalhar, e eu penso que isto é uma forte potencialidade, porque a motivação e o empenho são os motores do desenvolvimento de qualquer tipo de ação.” (Ent_02)

“Acho que por um lado, é a equipa, uma equipa jovem, uma equipa bem formada, uma equipa dinâmica. Por outro lado, as redes de parceiros, é uma rede de parceiros forte que tem algum reconhecimento aqui ao nível do conselho, acho que as pessoas vão conhecendo a InPulsar. E a rede de voluntários, é uma coisa muito importante na nossa associação.” (Ent_04)

“Esta questão da proximidade, do estar com as pessoas e perceber, in loco, porque nós nos projetos acabamos por ter uma visão mais próxima das pessoas, no caso do CLDS nós conseguimos conhecer até as condições habitacionais, perceber a dinâmica familiar, muitas vezes os outros parceiros que fazem atendimento em gabinete, com muito menos proximidade, não conseguem, nisto nós somos uma mais-valia.” (Ent_05)

FRAGILIDADES E RECURSOS EM FALTA

A instituição depende sobretudo de financiamentos públicos, uns resultantes de candidaturas a projetos, outros de protocolos com a Câmara Municipal de Leiria, empresas privadas entre outros. Se por um lado, esta constante inquietação cria dinamismo e um certo inconformismo que leva toda a equipa a estar constantemente a criar soluções inovadoras tornando-se num ponto forte conforme tivemos oportunidade de aferir, por outro lado, esta situação condiciona a capacidade de fazer mais, de poderem desenvolver a sua intervenção junto de um maior número de pessoas. A dependência do financiamento público por vezes incerto e cheio de burocracias é um condicionamento, uma ameaça, assim como a curta duração dos projetos, obrigando a instituição a submeter uma nova candidatura sempre que cada um dos projetos termina:

“O facto de dependermos maioritariamente de financiamentos públicos, eu apontaria como uma das maiores fragilidades. Na minha opinião é, talvez, a maior fragilidade da associação é esta. A maior parte dos projetos que nós temos vem de fundos públicos e muitas vezes o que acontece é que nos temos que estar à espera do dinheiro, mas temos sempre que garantir algum fundo de maneiio da InPulsar para poder avançar, e para podermos depois pedir o novo financiamento. Estamos sempre muito dependentes disto e é difícil, é mais difícil. Depois também, esta insegurança, pois como funcionamos por projetos que se vão renovando, há alguma instabilidade porque nunca sabemos. Mas os projetos têm a duração de dois, três anos e ao fim desse tempo nós temos de fazer nova candidatura e há sempre esta insegurança de vamos continuar ou não vamos continuar no terreno. Esta inconstância eu apontaria também como uma fragilidade.” (Ent_02)

“Basicamente o que deveria acontecer é que a partir do momento que uma experiência de projeto funciona ou tem alguns resultados, deveria ser convertido em resposta social, financiada de uma outra forma pela segurança social ou uma resposta atípica, ou seja, que pudesse dar continuidade porque o projeto supostamente é uma experiência, devia ser visto como uma experiência de boa prática, se for boa prática devia ser financiado ou então terminar. Um projeto, supostamente tem este limite temporal por alguma razão. O que acontece em Portugal é que as respostas atípicas, neste momento é muito difícil serem aprovadas e portanto, acabamos por ter de recorrer a estas candidaturas consequentes, termina o financiamento e voltamos a fazer candidatura” (Ent_08)

“Falta de recursos humanos, uma grande subcarga dos recursos humanos, uma grande subcarga burocrática, porque temos muitos financiamentos públicos e, portanto, estamos sempre assoberbados com as questões das contratações públicas, de n questões. Dificuldades de progressão na carreira e progressão salarial. Outra fragilidade são os nossos espaços, são muito pequeninos, a nossa sede é pequena, a sede do projeto do Redes é pequeníssima.” (Ent_04)

PARCERIAS, COLABORAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM OS PRINCIPAIS ATORES LOCAIS

As redes, as parcerias, a articulação e o trabalho colaborativo com vários agentes da comunidade são outro dos pontos fortes que os técnicos da InPulsar enumeram como uma mais-valia em diferentes dimensões e garantem a credibilidade e sustentabilidade dos projetos de intervenção desenvolvidos pela InPulsar em diferentes zonas geográficas de intervenção prioritária da cidade de Leiria. Quer na dimensão económica/financeira, quer na prestação de serviços, apoio material, prestígio, confiança e selo de qualidade, todos os parceiros são determinantes para manter a InPulsar proativa, capaz de fazer face aos desafios que se colocam no seu quotidiano:

“O Redes tem um consórcio do qual fazem parte algumas entidades parceiras muito importantes não só para o desenvolvimento das atividades, mas também para a avaliação e monitorização de todo o processo e, no fundo também, da avaliação da nossa intervenção. Isso é até uma das obrigadoriedades do programa, do programa escolhas, é que exista um consórcio de gestão que vá apoiando a entidade promotora. Neste caso há reuniões frequentes de parceiros e, por exemplo, os parceiros até têm de aprovar os nossos planos de atividades. As parcerias que nós temos, tanto as formais que existem neste consórcio, como as não formais, porque depois há todo um conjunto de parceiros que acaba por fazer parte e acaba por nos apoiar só que não está em consórcio, não está num documento formal, num protocolo formalizado que são essenciais para o decorrer do projeto. Temos sentido que sem estes parceiros, não seria possível, de todo, metade das coisas que nós fazemos e que conseguimos fazer e alcançar o que conseguimos alcançar. Neste momento faz parte o IPL, no domínio das novas tecnologias da informação e da comunicação, um parceiro estratégico na área das TIC, articulamos com uma pessoa da ESTG que é a faculdade que está aqui responsável por esta área; depois a câmara municipal; a união de freguesias de Marrazes e Barosa; a Rede Europeia Antipobreza, o núcleo de Leiria; a CPCJ de Leiria, a comissão de proteção de crianças e jovens; o Agrupamento de Escolas dos Marrazes; a Escola Secundária Afonso Lopes Vieira e o Centro de Resposta Integradas de Leiria. Eu julgo que em qualquer projeto da área social, esta questão das parcerias, mas as parceiras efetivas, aqueles

parceiros que efetivamente estão de corpo e alma, são fundamentais e são o motor de tudo e é muito bom.” (Ent_02)

“E noto muito isso e acho que é uma questão em todos os projetos, que é, por muito que nós tentemos dar o nosso melhor, quando o trabalho é feito em rede, temos sempre melhores resultados e conseguimos sempre chegar a mais pessoas e melhor. Por exemplo, sinto isso no Del-Rei 4G, nós estamos a intervir nos Marrazes, Barosa, Azoia, Parceiros e Maceira, nós notamos por exemplo, que há maior envolvimento de uma freguesia do que outras. Nos Marrazes, já conhecem a InPulsar, está aqui o Redes à muitos anos, já conhecem o trabalho feito na InPulsar, se calhar isso não acontece na Azoia ou na Maceira onde não nos conhecem ou não sabem de que forma podemos apoiar. É muito mais difícil entrar, mas à medida que são criadas parcerias é muito mais fácil intervir.” (Ent_03)

“Em cada projeto normalmente temos uma rede de parceiros, não quer dizer que depois não possamos alargar ou criar outro tipo de parceira. Por exemplo, o Redes na Quint@ que é o projeto das escolhas, tem um consórcio, ou seja, é até obrigatório em termos de candidatura, formalizar uma rede de parcerias e têm até reuniões muito regulares e até somos auditados a esse nível, portanto se não temos o número de reuniões certas também ... nós mantemos e de facto é dos projetos que até funciona melhor em termos da rede de parceiros é o Redes na Quint@. Desde o início que tem sido incrível a forma como os parceiros interagem, como respondem, como participam ativamente no projeto.” (Ent_08)

INPULSAR: PRIORIDADES TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A solução para acabar com as assimetrias e desigualdades existentes entre as zonas urbanas e periurbanas mais vulneráveis passa por investir na qualidade da educação das crianças e jovens, mas também por alterar a construção e a própria arquitetura dos bairros sociais. É necessário planear o desenvolvimento, particularmente realizar um diagnóstico que indique claramente a situação de profundo empobrecimento em que vive a maior parte da população

que reside nestes contextos. A melhor forma de combater as desigualdades sociais é recorrer a uma estratégia de ação coletiva e articulada entre todas as estruturas e respostas existentes na comunidade. Neste sentido, urge capacitar e promover o empoderamento as pessoas que vivem nestas condições, com o objetivo de promover a integração e melhorar a sua qualidade de vida. Relativamente á integração e às vivências multiculturais de várias etnias no mesmo espaço geográfico, todos os entrevistados foram convergentes que muitas das vezes a sua integração acaba por criar guetos (local onde uma minoria está separada do resto da sociedade). Para os profissionais da InPulsar, a reformulação e organização destes contextos sociais exigem um trabalho de grande planeamento, mas concordam que é necessário fazer alterações de fundo nestes contextos:

“É tirá-los de onde eles estão, deixarem de ser bairros, de ser guetos.” “Há alguns que se mete tudo para lá, em vez de incluirmos as pessoas, de diluirmos, torna-se um gueto, são sítios sem saída, que só vais ali se quiseres ir, ou vais perdida, não é um sítio de passagem, e isso não é positivo.” (Ent_01)

“É um território multicultural por excelência, eu não considero isto uma fragilidade, pelo contrário é mais uma potencialidade, por isso é que nós estamos nesta zona de intervenção e não numa outra. Nós somos financiados pelo Alto Comissariado das Migrações, que tem uma grande e forte vocação nesta questão das emigrações e imigrações e por isso é que nós estamos naquele território e não num outro qualquer. Realmente é uma zona muito diversificada em culturas. Em termos de fragilidades, realmente o território, Marrazes é uma freguesia muito populosa, é a segunda mais populosa do concelho e tem imensas crianças e jovens. Algumas delas, um número bastante forte e expressivo, está sinalizado com sendo criança ou jovem em risco e/ou em perigo nas CPCJ’s. Isto é uma das questões que eu apontaria.” “Depois também há famílias que são monoparentais, que têm alguns problemas associados à pobreza, baixas escolaridades, há também alguns registos de famílias que têm dificuldades de aceder às novas tecnologias da informação e da comunicação.”

“Há bastantes crianças com necessidades educativas especiais, sinalizadas e identificadas também no Agrupamento de Escolas dos Marrazes principalmente. Baixas competências parentais dos habitantes, são algumas das fragilidades que eu aponto. Existem alguns estereótipos associados à zona de intervenção,

especialmente pela comunidade que não reside ali, é um território bastante descaracterizado a nível urbano e é uma zona com algumas representações sociais negativas. É interessante que se tu fores pesquisar os registos na PSP e na GNR, até percebes que não há conflito expressivos. Portanto não há uma grande expressividade em termos de conflitos naquela zona, o que não deixa de ser interessante, porque é um dado que nós temos, mas é uma zona associada a algumas representações sociais negativas. Acaba por ser interessante essa questão. O que acontece muitas vezes naquele território é que embora não haja uma grande evidência de conflitos entre culturas também não há grande cruzamento, ou seja, as diferentes culturas acabam por coabitar no mesmo espaço, mas sem uma grande interação, sem o sentimento pertença à comunidade.” (Ent_02)

“Eu acho que a necessidade, de um ponto de vista generalista, é esta necessidade de fazer uma observação e uma avaliação 360 e que nós conseguimos garantir com estes projetos porque estamos e vemos tudo, recolhemos informações quer dos parceiros quer in loco.”

“Do ponto de vista específico, a necessidade das pessoas, neste momento, embora seja muito generalista, tem muito a ver com a questão dos apoios sociais que são muito complexos, os requerimentos têm muitas exigências e que leva muito tempo para recolher os documentos todos, portanto, isso é uma necessidade de apoio ao nível do preenchimento destes apoios sociais. Depois aquilo que identificamos mais: necessidades alimentares; necessidade de apoio nestas despesas mais básicas e, neste período de confinamento, e no período online, apoio às famílias para conseguirem lidar, quer do ponto de vista prático com esta situação, porque muitos não têm as condições para o online, quer do ponto de vista da saúde mental, que é um problema que já existia e que agora está a piorar. O que leva ao isolamento dos idosos e da população mais velha.” (Ent_05)

“Para mim um dos maiores problemas é ser um bairro social, é um bairro fechado, afastado do resto da comunidade e isso torna-se complicado para eles, grande parte deles, numa forma prática, nem sequer tem transporte próprio, a nível de mobilidade eles acabam por ser muito prejudicado e estão muito

limitados, mesmo a nível de escola à muitas crianças que os pais não têm transporte próprio e o autocarro é longe, não pára aqui perto do bairro, eles têm de se deslocar para apanhar os transportes públicos e isso é um grande problema aqui deste bairro. Depois é o afastamento social que eles têm do resto da comunidade, acabam por viver aqui isolados e viver um bocado só aqui dentro desta realidade de bairro.” (Ent_06)

“Com isto da pandemia (...) ano passado em março começamos por dar apoio à população mais idosa, porque foi um pedido também do município com esta questão de as pessoas ficarem em isolamento e aí sentimos muito a questão do isolamento, das pessoas idosas estarem mais sozinhas. Depois a questão da saúde mental, e isto se calhar mais nos nossos utentes do Giros na Rua e noutras faixas etárias, a questão da saúde mental é um problema que eu acho que vai agravaram-se não só porque deixou de haver tantas respostas como esta questão de ficar isolado ou não, a questão de muitos dos nossos utentes serem pessoas em situação de sem abrigo e nem sequer tinham sítio para onde ir associado a consumos de estupefacientes. A situação da doença mental é uma situação que eu prevejo como um grande problema em várias faixas etárias, desde crianças que ficaram mais isoladas a outros adultos, pessoas que se calhar nunca tiveram problemas a esse foro e passaram a ter. Depois desta fase acho que vamos ter esse desafio em termos de futuro” (Ent_08)

PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INPULSAR SOBRE O CONTRIBUTO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO.

Todos os entrevistados manifestaram grande satisfação com a sua prestação e desempenho profissional, valorizando as finalidades dos trabalhos desenvolvidos. Entendem que a sua função é proporcionar atividades diferenciadas a todas as pessoas que prestam suporte, bem como partilhar com todos os membros da equipa estratégias de intervenção que melhoram as suas práticas para que o impacto da intervenção seja satisfatório a todos os níveis.

Esta partilha revelou-se importante para perceber a intencionalidade e a força que cada profissional coloca nas suas práticas com o objetivo de gerar valor para a comunidade em geral.

Pode-se perceber que a percepção se torna numa certeza quase absoluta quando nos relatos se pode aferir a existência de um ambiente colaborativo entre todos os envolvidos no processo de intervenção comunitária.

“Acho que é muito importante, acho que o facto de estarmos muito presentes na vida destas crianças e jovens e das suas famílias, irá permitir que estes tenham hipóteses que não teriam, contacto com atividades que não teriam. Evidentemente que estas famílias não teriam a possibilidade de pagar estas oficinas artísticas, ou por exemplo, aulas de dança (...)”

“Eu acho que todos os projetos de alguma forma contribuem para o desenvolvimento das crianças, dos jovens, das famílias e da comunidade no geral.” “Acho que de alguma forma, todos os projetos tentam fazer atividades que não são só direcionados para os participantes diretos, mas para toda a comunidade. Isso é feito nas redes na quinta, foi feito com o Del-rei no Bairro Sá Carneiro, na Maceira, abrir atividades a toda a comunidade e acho que isso também, tudo isso contribui para o desenvolvimento comunitário.” (Ent_03)

“Eu acho que é muito interessante e é um contributo de alto nível porque nós visamos mesmo o desenvolvimento comunitário, nós visamos mesmo perceber as comunidades no seu todo e na sua especificidade e conhecer esses territórios de intervenção. Acho que nisso conseguimos ser especialistas.” (Ent_05)

“É a integração da etnia cigana com a comunidade maioritária. Tentar também que a população maioritária, deixe de existir aquele estereótipo do cigano, «um cigano, vamos sair para eles passarem», onde o cigano vai há confusão, tentar desmitificar a imagem do cigano.” (Ent_07)

“Eu acho que nós temos um grande impacto na vida destas famílias, na vida destas crianças. Eu acredito que nós podemos e que vamos promovendo mudanças a curto, a médio e a longo prazo. Sem dúvida que vamos promovendo alguma igualdade de oportunidades, isso é fundamental para a mudança e para o impacto futuro. Vamos promovendo a igualdade de oportunidades, vamos

promovendo o acesso às novas tecnologias da informação. Vamos permitindo o acesso a muitas coisas que estas famílias se calhar não teriam se nós não estivéssemos no território. O nosso trabalho passa por empoderar estas pessoas e dar-lhes ferramentas, dar-lhes a cana para os ensinar a pescar, e não o peixe. É claro que às vezes é difícil porque nós também estamos muito envolvidos com estas pessoas e estamos no território todos os dias. Mas o objetivo é sempre a autonomia e o empoderamento.” (Ent_02)

“Eu tenho a noção do impacto que tenho com o público e o impacto que estão a ter pessoas que estão connosco, os outros técnicos das outras áreas que trabalham connosco.”

“Nós não estamos a aplicar questionários de satisfação na maior parte das atividades, mas o impacto é muito positivo porque muitas vezes tem a ver com o facto de aquele técnico, quando vai junto da pessoa, vai com esta intenção de avaliar. Portanto, há diferenças e eu acho que esse é o nosso grande impacto. E é o não termos medo de ir, porque tu sabes que nós temos uma grande presença no Sá Carneiro, que foi um grande desafio que nós não íamos lá no Giros na Rua e que foi para mim uma grande descoberta. Neste momento nós entramos no Sá Carneiro e as pessoas sabem quem nós somos e vêm-nos perguntar o que é que se está a passar e ligam-nos, porque alguém tem o nosso número de telefone e ligou porque o vizinho até não os liga mas «têm de vir ver o nosso vizinho».” (Ent_05)

METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO E AÇÕES EDUCATIVAS REALIZADAS EM CONTEXTO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIO

As metodologias usadas pelos profissionais da InPulsar no decorrer das suas práticas profissionais têm sido uma mais-valia para colmatar as necessidades e as vulnerabilidades do público-alvo da investigação. De acordo com as falas dos entrevistados, há uma permanente preocupação em escolher metodologias participativas, inovadoras e interativas para que consigam estabelecer uma relação de proximidade com os sujeitos de intervenção. Para além da escolha ponderada e cuidadosa das metodologias, também a escolha das atividades

tem sempre um princípio capacitador e educador. A educação formal e não formal está no centro da atividade e da Missão da InPulsar.

De acordo com os testemunhos dos participantes da investigação, constatamos que a ligação/conexão entre o resolver e o ensinar cria sinergias compensadoras e realísticas sobre a construção de um trabalho que contribui significativamente para o desenvolvimento comunitário:

“Temos por exemplo a medida do sucesso escolar, temos a medida da promoção do diálogo intercultural e a promoção de competências digitais. Todas as atividades que nós fazemos, concorrem para essas medidas e têm finalidades muito próprias. Nós temos um calendário semanal cheio e muito rico, mas damos sempre prioridade às atividades da promoção do sucesso escolar. Depois todo os dias funciona um espaço que é o espaço de inclusão digital, a Ana é a monitora deste centro e todos os dias há também uma atividade neste espaço de inclusão digital. A atividade pode ser mais lúdica, pode ser de ajuda à promoção do sucesso escolar, muitas vezes usam-se plataformas nos computadores que nos ajudam no apoio ao estudo. (Ent_02)

“Olha, nós temos utilizado, nas múltiplas atividades que temos, temos recorrido muito às metodologias participativas. Para além, obviamente, de termos também uma intervenção mais individualizada e uma avaliação inicial para discutirmos qual é a melhor intervenção, mas nós estamos muito a utilizar metodologias participativas. Já tivemos experiências com o photovoice, já temos equipa preparada para o World Café, e recorreremos muito a estas dinâmicas para estas metodologias, para podermos chegar ao nosso público-alvo.” (Ent_05)

“Nós fazemos uma série de atividades de desenvolvimento de competências para a cidadania e integração dos migrantes e tudo mais. Desde datas comemorativas, desde participarmos em campanhas de violência domésticas, desde participarmos em campanhas do dia do migrante...”.

“Depois também, durante o verão fazemos sempre a implementação da oficina vocacional, em que eles tomam contacto com diferentes profissões, cada semana vem uma pessoa com uma profissão diferente e eles organizam, fazem

perguntas e tudo. Temos alturas do ano em que trabalhamos uma coisa que é «o baú da cidadania» onde, através de história, vamos refletir sobre as questões da diversidade, da família, da minha família é diferente da tua, das diferentes culturas, das diferentes religiões.” (Ent_04)

“Participativas, colaborativas, apostamos muito nas artes, desenvolvimento de competências artísticas, apostamos muito na parte da literacia digital, das novas tecnologias, sempre com o envolvimento dos vários sistemas a que os miúdos pertencem.” “Quem trabalha com crianças não pode trabalhar só com as crianças, tem de trabalhar com as famílias, com a escola, ... As crianças não são um elemento isolado e portanto, as metodologias que nós utilizamos é sempre tentar fidelizar e garantir a participação das crianças e jovens e o interesse porque os miúdos estão ali porque querem ou porque as famílias querem, ninguém vai para ali obrigado.” (Ent_03)

“Nós trabalhamos muito o grupo, trabalhamos muito com o grupo. Fazemos algum trabalho também individualizado, na questão promoção do sucesso escolar e em todas as atividades que concorrem para este objetivo, aqui sim, há algum trabalho mais individualizado. Mas a generalidade, a grande maioria das nossas atividades é em grupo, para trabalhar o grupo. Tentamos utilizar sempre estratégias de educação não formal, estratégias de educação de pares, há auscultação, utilizamos o focus groups frequentes, em que podemos ouvir aquilo que os miúdos têm para nos dizer, debates, são algumas das metodologias que temos utilizado.” “Tentamos sempre utilizar metodologias participativas de intervenção, tentamos sempre apostar neste modelo.” (Ent_02)

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA SUSTENTABILIDADE E NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA

Todos os entrevistados referem que a luta por conseguirem financiamento cria pontos fortes e oportunidades que contribuem especialmente para aguçar a dinâmica

institucional, fazendo com que todos juntos continuem a explorar recursos sociais locais específicos, capacidades e condições organizacionais para promover atividades cívicas, para fortalecer as pessoas, as famílias que querem continuar a apoiar e com as quem estão comprometidos e desta forma implementarem o processo de desenvolvimento na sua própria comunidade:

“Bem, era ótimo tornarmo-nos numa resposta social, em vez de dependermos constantemente de financiamentos públicos. Penso que agora é um desejo de todos nós e é algo que faria sentido, porque realmente temos sentido que a população precisa muita da nossa intervenção no território. E sem dúvida que se nos transformássemos numa resposta social seria ótimo, seria mais fácil para todos.” (Ent_02)

“É deixar de ser um projeto e transformar-se numa resposta social atípica, é um bocadinho essa o objetivo e a nossa visão. As equipas dependem de projetos, as famílias também, nós temos tido a sorte da câmara considerar muito o trabalho que fazemos e portanto, não temos tido interrupções e temos continuado o funcionamento mesmo quando o financiamento do programa escolhas termina, porque temos tido o apoio da câmara municipal durante cerca de três meses asseguram o funcionamento que é para haver a transição de gerações , mas é uma situação que não é positiva, andamos sempre neste stress e neste limbo, portanto o que nós gostávamos é criar um centro comunitário digno, à maneira para que, de facto, aquelas comunidades todas pudessem encontrar ali um espaço de congregação, positivo, de convívio, de desenvolvimento de competências e de fortalecimento da própria comunidade.” (Ent_04)

“Eu acho que devíamos, e isso é uma questão que é discutida a nível macro, não só na InPulsar, mas também, que tem a ver com avaliar o impacto que efetivamente os projetos têm. Ouvir as pessoas para quem trabalhamos e com quem trabalhamos e cimentar esse trabalho, ou seja, perceber se realmente é este o caminho, se há outro caminho por onde deveríamos ir e fundamentar isso nas consequentes candidaturas. E essas candidaturas valorizarem isso, porque às vezes as coisas são renovadas só porque são renovadas, é bom para os técnicos porque são renovadas e garantem financiamento, será bom para as

peessoas. Mas era boa essa questão da avaliação do impacto de cada projeto. Normalmente os financiadores não pagam.” (Ent_05)

“A continuidade, a sustentabilidade, ou seja, acho que todos nós queremos muito criar projetos novos, queremos dar resposta a novas populações, em novas zonas geográficas e não só em novas zonas geográficas.” “Efetivamente nós queríamos oferecer mais do que aquilo que oferecemos, mas estamos limitados. Mas há muitas coisas que podemos e fazemos, atenção, mas lá está, essa é uma das grandes limitações é não conseguirmos dar tudo o que gostaríamos e os novos projetos são sempre muito bem vistos por nós e nós queremos muito que eles aconteçam, mas efetivamente nem sempre é possível.” (Ent_03)

“Com isto da pandemia (...) ano passado em março começamos por dar apoio à população mais idosa, porque foi um pedido também do município com esta questão de as pessoas ficarem em isolamento e aí sentimos muito a questão do isolamento, das pessoas idosas estarem mais sozinhas.” Depois a questão da saúde mental, e isto se calhar mais nos nossos utentes do Giros na Rua e noutras faixas etárias, a questão da saúde mental é um problema que eu acho que vai agravaram-se não só porque deixou de haver tantas respostas como esta questão de ficar isolado ou não, a questão de muitos dos nossos utentes serem pessoas em situação de sem abrigo e nem sequer tinham sítio para onde ir associado a consumos de estupefacientes. A situação da doença mental é uma situação que eu prevejo como um grande problema em várias faixas etárias, desde crianças que ficaram mais isoladas a outros adultos, pessoas que se calhar nunca tiveram problemas a esse foro e passaram a ter. Depois desta fase acho que vamos ter esse desafio em termos de futuro” (Ent_08)

Ao analisar a perceção dos colaboradores da InPulsar, pode-se constatar que as políticas sociais e os burocráticos processos para obtenção de financiamentos, são apontados como fatores que interferem no ambiente organizacional da InPulsar. No entanto, estas interferências são ameaças que comprometem a gestão de recursos humanos e de equipamentos, mas nunca comprometem o apoio e suporte social que têm de garantir aos utentes da InPulsar.

Segundo os entrevistados, o bem-estar das pessoas e famílias estará sempre em primeiro lugar e sobrepõe-se sempre a questões administrativas ou organizacionais, porque a missão e os valores da InPulsar são essencialmente a preocupação de transformar para melhorar a vida de todas as pessoas que recorrem aos seus serviços.

De acordo com os dados analisados, podemos constatar que a InPulsar tem como missão contrariar o processo de exclusão social e de segregação social. A Instituição – InPulsar- no abstrato e os seus profissionais concretamente, estruturam objetivos de atuação/intervenção que evitam efeitos de isolamento em relação ao acesso às redes de suporte a nível socioeconómico (Pereira, 2009), concentrando a sua ação em contribuir para a inclusão social. Os técnicos da InPulsar com as suas potencialidades e particularidades procuram minimizar a todo o custo os efeitos das desigualdades de oportunidades, seja no acesso aos diferentes recursos, sejam bens de primeira necessidade, ou outros, que melhorem significativamente as condições de vidas das populações, tais como facilitar a participação social dos sujeitos da sua intervenção, in do ao encontro do defendido por Wacquant,(2007).

Na mesma linha de pensamento de Pérez (2009), os sujeitos de investigação, olham o desenvolvimento comunitário como um processo de construção de educação para o futuro, como método de organização e melhoria das pessoas, na sua capacidade para enfrentar desafios no dia-a-dia, gerando conhecimento que reduz reduzindo desigualdades e constrói pontes entre os diferentes agentes da comunidade. Perante essa premissa, a ação da InPulsar envolve programas e práticas com o objetivo de mudar a comunidade, o território e o grupo de pessoas com quem trabalham no sentido de criar estratégias autossustentáveis, que se enraízem nas pessoas e as ajudem a transformar a sua vida e a comunidade onde estão inseridas.

O sentido de comunidade dos entrevistados vai ao encontro do apresentado por Ander-Egg (1995), quando menciona que a comunidade é algo mais que o espaço local, são todas as formas de relação que impliquem um alto grau de intimidade pessoal, emocional, moral e continuidade no tempo. Os entrevistados referem-se não só aos às comunidades que habitam os bairros sociais, onde estão alocados os projetos dinamizados pela InPulsar, mas às interações que se estabelecem nas parcerias e à colaboração e articulação com os principais atores locais. É notória a importância que os profissionais da InPulsar atribuem ao nível educacional, económico, social e relacional das populações com que intervêm.

Da análise realizada, percebe-se que as metas dos projetos desenvolvidos pelos técnicos da InPulsar têm a preocupação de garantir ao público-alvo segurança na saúde, na habitação, no vestuário, na alimentação e outras condições de ordem económica complementares, para manter os bens de primeira necessidade. A segurança do público-alvo de intervenção é neste sentido um instrumento importante de garantia dos compromissos sociais assumidos perante o

modelo de Estado Social. (Costa, 2016). De salientar que para os técnicos entrevistados uma prioridade é o desenvolvimento comunitário traduzido na defesa e afirmação do direito à habitação, o que vai ao encontro de Baptista (1999) quando relaciona o desenvolvimento comunitário com a satisfação das necessidades das populações pela implementação de políticas habitacionais.

Os profissionais da InPulsar entrevistados têm um olhar muito positivo sobre as suas práticas profissionais, as metodologias de intervenção e as ações educativas realizadas em contexto de intervenção comunitária, valorizando muito o trabalho colaborativo e a multidisciplinariedade, defendendo o entendimento entre as diferentes disciplinas profissionais como alavanca para o sucesso individual e coletivo dos interventores e dos sujeitos de intervenção.

Há assim neste olhar dos entrevistados, uma adoção da perspetiva teórica de Castro (2017), que entende a multidisciplinaridade como uma troca de ideias e cooperação entre disciplinas para a realização de determinadas tarefas e cumprimento da missão institucional, minimizando fragilidades e recursos em falta e promovendo o dinamismo interno. Isto leva toda a equipa a estar constantemente a criar soluções inovadoras e mudanças significativas na sustentabilidade e na operacionalização dos projetos de intervenção sociocomunitária da InPulsar.

CONCLUSÃO

Atualmente, as Instituições Particulares de Solidariedade Social assumem-se como um elemento fulcral na estratégia de desenvolvimento comunitário, bem como na inclusão social da população onde estão inseridas.

O desenvolvimento comunitário visa a alteração do comportamento das pessoas, implicando uma participação ativa dos membros da comunidade e o envolvimento dos habitantes e agentes locais como forma de alcançar objetivos comuns que promovam a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade, utilizando os recursos disponíveis a nível local, como forma de corrigir as desigualdades existentes.

A InPulsar é uma IPSS com grande destaque na cidade de Leiria, razão pela qual foi a entidade escolhida para o estudo da perceção dos técnicos sobre a sua atividade e sobre o impacto desta nos projetos de intervenção em bairros socialmente desfavorecidos.

Um dos pontos retirados deste estudo é a grande necessidade das IPSS funcionarem em rede com outras entidades locais, estabelecendo protocolos de cooperação com a Segurança Social, a Câmara Municipal de Leiria, as Juntas de Freguesias, bem como as escolas e os restantes autores que permitem que os projetos consigam alcançar os objetivos pretendidos.

Há fatores que dificultam o cumprimento das metas idealizadas. Os mais identificados nestas entrevistas foram a falta de recursos financeiros, sendo que a instituição depende de financiamentos públicos resultantes de candidaturas a projetos e protocolos com entidades o que, por vezes, não permite uma plena ação desta instituição na prossecução das finalidades para que foi criada. Esta dependência de financiamentos incertos torna-se uma ameaça, uma vez que este financiamento tem um prazo limite de término e há sempre o risco de o projeto ter de terminar por falta de recursos. É também referida como fragilidade, a falta de recursos humanos e a grande subcarga dos técnicos existentes na associação.

Contudo, são essas dificuldades que fazem crescer os fatores que os técnicos defendem como sendo as potencialidades e particularidades da instituição. A equipa multidisciplinar é constituída por técnicos jovens, dinâmicos e empenhados. A questão da proximidade é um fator que caracteriza a InPulsar e é visto como um ponto bastante positivo por parte dos entrevistados. Também são identificados como um ponto forte, a rede de parceiros e a rede de voluntários com que a instituição conta.

Como forma de contornar as necessidades do público-alvo, os profissionais recorrem a metodologias participativas, interativas e inovadoras. Refere haver um grande cuidado com a escolha das atividades, para que estas sejam adequadas ao público-alvo, sejam uma ferramenta educativa e vão ao encontro dos objetivos dessas atividades. A intervenção inicia-se com uma avaliação das necessidades e problemáticas mais vincadas e todo o plano de atividades e as metodologias escolhidas são estruturadas como forma de resolução ou atenuação dessas necessidades. Sentem necessidade de funcionarem em rede com outras entidades locais, estabelecendo protocolos de cooperação com a Segurança Social, a Câmara Municipal de Leiria, as Juntas de Freguesias, bem como as escolas e os restantes atores que permitem que os projetos consigam alcançar os objetivos pretendidos.

Os profissionais entrevistados sentem que a intervenção dos projetos da InPulsar tem um impacto significativo nas condições de vida do público-alvo. Afirmam que as mudanças acontecem, podendo ser a curto, médio ou longo prazo, sendo que já começam a ser visíveis os frutos dessas intervenções. Há a principal preocupação com a capacitação dos intervenientes, como forma de ganharem autonomia e terem um papel ativo na reorganização da sua vida.

Foi possível perceber uma grande satisfação por parte dos entrevistados, quanto ao seu papel e o trabalho desenvolvido com a comunidade. Existe alguma dúvida quanto ao verdadeiro impacto que a intervenção pessoal terá no futuro do público-alvo, mas afirmam haver pequenas mudanças que demonstram esse impacto e acreditam que é possível terem mudado muitas vidas com a sua intervenção.

Quanto às metodologias de intervenção a que recorrem sobressaem as metodologias participativas com principal enfoque no empoderamento e autonomia dos indivíduos.

Cada um dos profissionais atribui relevo ao seu papel na InPulsar, dá relevo à sua interação com a comunidade, e acreditam que o esforço, empenho, motivação, cumplicidade, proximidade, colaboração e sentimento de pertença geram impacto positivo no desenvolvimento comunitário.

Terminado o estudo sentimos que este teve algumas limitações: a pandemia limitou-nos o contacto pessoal com os técnicos da InPulsar e o acesso a alguma bibliografia; os entrevistados foram um grupo reduzido de pessoas, o que não permitiu o aprofundamento da pesquisa e a verificação da fiabilidade dos resultados.

Quanto a estudos futuros e considerando que este estudo aborda apenas a perspetiva dois técnicos, penso que no futuro seria pertinente a elaboração de uma investigação que dê

voz aos indivíduos que vivem nestes bairros que são alvo de projetos de intervenção. O alargamento das fontes informativas e da área territorial de estudo também seriam benéficos para a investigação.

BIBLIOGRAFIA

Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta

Alves, A.I.A. (2011). *Competências Interpessoais em Saúde: Comunicar para a qualidade, com o utente e em equipa multidisciplinar* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Leiria). Retirado de <https://run.unl.pt/handle/10362/9585>

Amaro, M. I. (2018). *Conhecimento, acção e investiga em Serviço Social: questões de um campo em construção*. pp 1-26.

Ander-Egg, E. (1995). *Introdução ao Trabalho Social*. Petrópolis: Vozes.

Antunes, A.S.D. (2016). *Trabalho em Equipa – A importância dos momentos de reflexão na creche e no jardim-de-infância* (Relatório de Estágio de Mestrado, Instituto Politécnico de Setúbal). Retirado de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/11077>

Antunes, G., Lúcio, J., Soares, N.P. & Julião, R.P. (2016). Políticas de Habitação Social Precedentes a Abril de 1974. *GeoINova* (13), 53-81.

Augusto, N.M. (Abril, 2000). *Habitação Social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão*. IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra.

Baptista, L.V. (1999). *Cidade e habitação social: o estado novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta editoria.

Barrère, A. (2005). O trabalho em equipa e os riscos da gestão da turma. *Análise Social*, XL (176), 619-631.

Campos, A.P. (2013). *Habitação Social no Concelho da Covilhã – Inclusão ou Exclusão?* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior). Retirado de <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2836/1/Habita%20Social%20no%20Concelho%20da%20Covilh%20a3.pdf>

Campos, L. & Canavezes, S. (2007). *Introdução à globalização*. Retirado de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%20Globaliza%20a3.pdf>

Campos, M.T.M. (2013). *O Terceiro Sector em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Norte – O caso da Misericórdia de Santo Tirso* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior). Retirado de <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2798>

Carmo, H. (2001). *A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social*. 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental, Lisboa.

Carreiras, M. (2018). Integração Socioespacial dos Bairros de Habitação Social na Área Metropolitana de Lisboa: Evidências de Micro Segregação. *Finisterra*, LIII (107), 67-85.

Castro, R.P. (2007-2008). Ética Profissional e Interdisciplinaridade: Partilha de Informação e Confidencialidade em Sede de Equipas Multidisciplinares. *Gestão e Desenvolvimento* (16-16), 87-103.

Costa, J.A., Soares, S.C. & Castanheira, P. (2012). Liderança Escolar, Projeto e Trabalho em Equipa: Explorando Cruzamentos Conceituais. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 7 (17), 164-178.

Coutinho, C.P. (Novembro, 2004). *Quantitativo versus qualitativo: questões paradigmáticas na pesquisa em avaliação*. Colóquio da ADMEE-EUROPA, Lisboa.

Divan, L.M.F. & Oliveira, R.P. (2008). A pesquisa qualitativa e o paradigma da ciência pós-moderna: uma reflexão epistemológica e metodológica sobre o fazer científico. *Niterói*, (25), 185-202.

Duby, G. (1995). *Ano 1000 Ano 2000 – No Rasto Dos Nossos Medos*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.

Fortin (2000). *O Processo de Investigação – da concepção à realização*. Sintra: Lusodidacta

Garcia, A.L.D. (2015). *No Meu Bairro, Na Nossa Cidade a Ocupar a Liberdade – Práticas Criativas para uma Cidadania na Infância* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Retirado de <https://ria.ua.pt/handle/10773/15446>

Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

Giddens, A. (2001). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, E. (2018). A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933). In Agarez R. C. (Ed.), *HABITAÇÃO, Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018* (pp. 41-81). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Gonçalves, H.S. (1994). Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social. *Sociologia – Problemas e Práticas* (16), 135-149.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.

Guerra, I. (2011). As Políticas de Habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios* (22), 41-68.

Guerra, I., Pinto, T.C. & Moura, D. (2001). Políticas de Habitação – À Procura de Novas Problemáticas. *Cidades – Comunidades e Territórios* (3), 53-69.

Guerra, I.C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Lisboa: Principia.

Lúcio, A.L., Sá, T., Caetano, M.J., Lucas, A.P.L.Z. & Silva, F. (2001). *Marginalidade, Risco e Delinquência*. Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia.

Martins, M.J.S. (2012). *O Desenvolvimento Comunitário e a sua vertente educativa: estudo Comparativo entre Peterborough e Chaves* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro). Retirado de <https://repositorio.utad.pt/handle/10348/2522>

Mendes, A. M. S. C. (2018). *Importância Económica das IPSS em Portugal*. Porto: Orgal

Mendes, A.M.S.C. (2018). *Importância Económica e Social das IPSS em Portugal*. Porto: Orgal.

Mendes, L. (2020). Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal: Contradições entre o Discurso e as Práticas no Direito à Habitação. *Finisterra, LV* (114), 77-104.

Miranda, R.J.P. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental? : um estudo no 1ºCiclo* (dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa). Retirado de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5489>

Pais, J.M. (2006). *Nos Rastos da Solidão – Deambulações Sociológicas*. Porto: Ambar

Pereira, C.I.P.M.S. (2015). *A Relevância do Desenvolvimento Humano Versus Desenvolvimento Comunitário: Uma Nova Perspetiva do Apoio ao Envelhecimento Ativo, no*

Centro Dia (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria). Retirado de <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/1683>

Pereira, D.O.R. (2012). *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)* (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa). Retirado de <https://run.unl.pt/bitstream/10362/8421/2/Tese%20de%20Doutoramento%202012%20-%20Integral%20Versao%20III%2030102012.pdf>

Pereira, P. (2009). *Habitação Social, um modelo habitacional em equação: um estudo de caso no Bairro do Cabeço (Tortosendo)* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior). Retirado de <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2421/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%20mestrado%20-%20habita%c3%a7%c3%a3o%20social.pdf>

Pérez X. (2009) *Turismo Cultural, Colección PASOS edita, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, nº 2, IV. Serie, Tenerife, Asociación Canaria de Antropología.

Quivy, R., Marquet, J., Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

Rego, B. (2010). Desafios da Sociedade de Risco Global: Ulrich Beck e um Cosmopolitismo para o Século XXI. *Philosophica*, (35), 183-192.

Rodrigues, M.C. (2008). *Stresse e Burnout na Equipa Multidisciplinar Cirúrgica* (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta). Retirado de <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/710/1/LC417.pdf>

Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192.

Serrano, G.P. (2008). *Elaboração de projetos sociais*. Porto: Porto Editora.

Silva, A. S. (2002). *Dinâmicas Sociais do Nosso Tempo*. Porto: Editora da Universidade do Porto.

Simões, J. (2010). *A Habitação Social como Instrumento de Combate à Pobreza e Exclusão Social: Estudo de Caso no Bairro Alves Redol* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). Retirado de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3010/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Parte%202.pdf>

Simões, J. (2010). *A habitação social como instrumento de combate à pobreza e exclusão social: estudo de caso no Bairro Alves Redol* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa). Retirado de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3010>

Teixeira, J.M.P. (2011). *Representação Social da Equipa Multidisciplinar – Perspectiva do Doente Oncológico* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto). Retirado de https://sigarra.up.pt/icbas/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=331305

Ventura, M.M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Rev SOCERJ*, 20(5), 383-386.

Vieira, T. (2015). *Os Papéis das Organizações do Terceiro Setor na resposta aos Problemas Sociais* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra). Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/29684>

Vilaça, E. (2001). O “Estado da Habitação” – Medidas sem Política num País Adiado. *Cidades – Comunidades e Territórios* (3), 83-92.

ANEXOS

GUIÃO ENTREVISTA

PASSO A PASSO

- Agradecer a disponibilidade
- Apresentação
- Pedir permissão para gravar
- Anonimato?
- Pedir o consentimento

1. Tipo de formação / anos de atividade
2. Na sua opinião, quais os pontos fortes da instituição para a comunidade em geral?
3. Quais as fragilidades e os recursos em falta para desenvolver a intervenção nos projetos de desenvolvimento comunitário?
4. Que potencialidades e particularidades a InPulsar apresenta para o desenvolvimento comunitário?
5. Existe colaboração com atores locais e fomentam relações de parceria com esses atores?
6. Quais são as necessidades ou problemas mais comuns do território de abrangência neste caso, de Leiria.
7. Que propósito e impacto sente que tem como interveniente no projeto em que participa?
8. Que metodologias de intervenção utilizam com técnicos da InPulsar?
9. A nível da participação dos intervenientes da InPulsar, como é feito o processo de decisão? As relações profissionais são horizontais ou verticais?
10. Qual é a sua opinião quanto ao contributo dos projetos da InPulsar para o desenvolvimento social e comunitário?
11. Quais as preocupações na implementação e desenvolvimento dos projetos?
12. Na sua opinião, que mudanças são necessários realizar futuramente para uma melhor operacionalização dos projetos?
13. Qual pensa ser o contributo da equipa da InPulsar para melhorar as condições de vida do público-alvo?

Nome da Autora: Andreia Dias

Nome da Tese de Mestrado: A importância da InPulsar nos bairros sociais de Leiria – Dinâmicas e construções para o desenvolvimento comunitário

14. Quais as ações educacionais que os técnicos da InPulsar realizam junto das crianças dos bairros sociais?
15. Qual a perceção que tem sobre o impacto das suas práticas no futuro dos jovens habitantes em bairros sociais?

CONSENTIMENTO INFORMADO

**INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

AUTORA: ANDREIA FILIPA PANDEIRADA DIAS

O atual trabalho de investigação, intitulado "A importância e o impacto da InPulsar nos bairros sociais de Leiria – Dinâmicas e construções para o desenvolvimento comunitário", insere-se num estudo que decorre no âmbito do Mestrado Ciências da Educação e Desenvolvimento Comunitário e tem como principal objetivo "Perceber de que forma os técnicos da InPulsar valorizam a sua participação nos diferentes projetos de intervenção social desenvolvidos pela Instituição nos bairros sociais de Leiria e conhecer, juntos dos técnicos, quais são as principais ações, procedimentos e metodologias de intervenção a que recorrem e são basilares para o desenvolvimento comunitário desses territórios". Pretendemos contribuir para um melhor conhecimento sobre este tema, sendo necessário, para tal, incluir neste estudo a participação de todos os Técnicos que desenvolvem as suas práticas profissionais na InPulsar, particularmente nos projetos desenvolvidos nos Bairros Sociais de Leiria. Neste sentido, a sua colaboração é fundamental. -----

O resultado da investigação, orientada pela Professora Doutor Maria Antónia Barreto e o Professor Doutor José Vicente, será apresentado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, podendo, se desejar, contactar os Orientadores ou a Autora para confirmar ou esclarecer dúvidas sobre a veracidade das informações supramencionadas. Este estudo não lhe trará nenhuma despesa ou risco. As informações recolhidas serão efetuadas através de uma entrevista semiestruturada que será gravada para permitir uma melhor compreensão dos dados que se pretendem recolher para transcrever na Tese de Mestrado. Qualquer informação será confidencial e não será revelada a terceiros, os relatos do entrevistado só serão identificados com o nome verdadeiro caso dê a sua autorização. A sua participação neste estudo é voluntária e pode retirar-se a qualquer altura,

Nome da Autora: Andreia Dias

Nome da Tese de Mestrado: A importância e o impacto da InPulsar nos bairros sociais de Leiria – Dinâmicas e construções para o desenvolvimento comunitário

ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si. Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação. _____

Nome do Entrevistado: Ángela Damásio

Assinatura: Ángela Damásio Data: 17/03

Leiria, 11 / 02 / 2021

ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si. Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação. _____

Nome do Entrevistado: Ana Rita Lisboa Trácio

Assinatura: Ana Rita Lisboa Trácio Data: 25/3/2021

Leiria, 11 / 02 / 2021

ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si. Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação. _____

Nome do Entrevistado: Marta Mendes

Assinatura: Marta Mendes Data: 10/03/21

Leiria, 11 / 02 / 2021

ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si. Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação. -----

Nome do Entrevistado:

Ana Sofia DE OLIVEIRA VIEIRO

Assinatura:



Data: 9/3/21

Leiria, 11 / 02 / 2021

ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si. Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação. -----

Nome do Entrevistado:

Táreis Soares

Assinatura:



Data: 11.03.2021

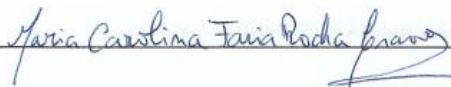
Leiria, 11 / 02 / 2021

ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si. Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação. -----

Nome do Entrevistado:

MARIA CAROLINA FARIA ROCHA CRAVO

Assinatura:



Data: 9/03/2021

Leiria, 11 / 02 / 2021

ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si. Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação. -----

Nome do Entrevistado: Lisete Ferreira Cordeiro

Assinatura: Lisete Cordeiro Data: 30.06.2021

Leiria, 11 / 02 / 2021

ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si. Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação. -----

Nome do Entrevistado: Irene Reis Garcia Sousa Leiro

Assinatura: Irene Reis Garcia Data: 30.06.2021

Leiria, 11 / 02 / 2021